



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Relações Internacionais

GIOVANNA QUARANTA TRINDADE SILVA RIOS

**O BOKO HARAM:
SURGIMENTO, ATUAÇÃO E RELAÇÃO COM A MÍDIA
INTERNACIONAL**

Brasília
2018

GIOVANNA QUARANTA TRINDADE SILVA RIOS

**O BOKO HARAM:
SURGIMENTO, ATUAÇÃO E RELAÇÃO COM A MÍDIA
INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Dra. Aline Maria Thomé Arruda.

Brasília

2018

GIOVANNA QUARANTA TRINDADE SILVA RIOS

**O BOKO HARAM:
SURGIMENTO, ATUAÇÃO E RELAÇÃO COM A MÍDIA
INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Dra. Aline Maria Thomé Arruda.

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora

Aline Maria Thomé Arruda
Prof. Orientadora

Prof. Examinador(a)

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano.

RESUMO

O Boko Haram é um grupo terrorista oriundo da Nigéria que ficou famoso quando sequestrou mais de 200 meninas de uma escola em 2014. O objetivo deste trabalho é estudar as raízes de seu surgimento, porque ele é considerado terrorista, as tentativas do estado nigeriano de combatê-lo, além da razão para a mídia internacional não dedicar muita atenção a ele. Para isso é feito um levantamento bibliográfico, contando com uma boa quantidade de autores nigerianos, para explicar como o grupo surgiu e como ele atua. Além disso são selecionadas todas as notícias sobre o Boko Haram no ano de 2014 presente nos sites dos jornais Al Jazeera e The New York times, o propósito disso é fazer uma análise do conteúdo do discurso feito sobre o grupo por esses jornais.

Palavras-chave: Boko Haram; Terrorismo; Nigéria; Mídia Internacional; The New York Times; Al Jazeera.

ABSTRACT

Boko haram is a terrorist group native from Nigeria that became famous when they kidnaped more than 200 girls from their school in 2014. This work aims at studying its roots, why it is labeled as terrorist, the attempts made by the Nigerian government to fight them, as well as the reason why the international media doesn't pay much attention to the group. To this end is made a bibliographic search, counting with a fair amount of Nigerian authors, to explain how the group arose and how it works. Furthermore, all the news posted online about Boko Haram by the newspapers The New York Times and Al Jazeera in the year of 2014 are selected with the purpose of a content analysis, to identify what kind of discourse is made about the group by those journals.

Keywords: Boko Haram; Terrorism; International Media; The New York Times; Al Jazeera.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos estados que adotam a Sharia	15
Figura 2: Frequência dos elementos definidores de “Terrorismo”	36
Figura 3: Definições de terrorismo por países (no direito nacional) e por organizações internacionais (em convenções e direito internacional) de acordo com dez categorias selecionadas.	37
Figura 4: A cadeia de comunicação de notícias.....	41
Figura 5: Frequência com que palavras relacionadas ao Charlie Hebdo e ao massacre de Baga apareceram na mídia internacional entre 25/12/2014 e 09/01/2015.....	44
Figura 6: Frequência com que palavras relacionadas ao Charlie Hebdo e ao massacre de Baga apareceram na mídia nigeriana entre 25/12/2014 e 09/01/2015.	44
Figura 7: Incidentes na Nigéria entre 01 de jan. 2014 e 31 de dez. 2014 perpetrados pelo Boko Haram. Todos os incidentes, independentemente da dúvida.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência com que "Boko Haram" foi citado nestes jornais em 2014.....	50
Gráfico 2: Fontes do Al Jazeera	50
Gráfico 3: Fontes do The NY Times.....	51
Gráfico 4: Tipos de notícia - Al Jazeera.....	53
Gráfico 5: Tipos de notícia – The NY Times	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de análise das notícias	52
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O BOKO HARAM	14
1.1: Politização da religião ou “religianização” da política?	14
1.2: Surgimento e desenvolvimento do grupo	15
1.3: O massacre de Baga	21
1.4: O combate feito pelo Estado nigeriano.....	22
CAPÍTULO 2: A RETÓRICA DO TERRORISMO NA SECURITIZAÇÃO DO GRUPO E OS CRITÉRIOS DA MÍDIA PARA DAR PUBLICIDADE A UM EVENTO	27
2.1: O estado de natureza no norte da Nigéria	27
2.2: O processo de securitização do Boko Haram	29
2.3: Os desafios na definição de “terrorismo”	34
2.3: Quais características fazem um evento se tornar notícia na mídia internacional?.....	41
CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO DA MÍDIA COM O BOKO HARAM	46
3.1: Limitações à cobertura na Nigéria e o jornalismo do “envelope marrom”	46
3.2: A cobertura da mídia internacional	48
3.2.1: <i>Metodologia aplicada na seleção das notícias</i>	48
3.2.2: <i>Cobertura do NY Times vs Cobertura do Al Jazeera</i>	49
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O Boko Haram surgiu em um cenário muito favorável ao fundamentalismo e ao extremismo. O norte da Nigéria, muito empobrecido e com baixos níveis educacionais, é um terreno fértil para a doutrinação e disseminação de discurso de ódio. O governo e as instituições, percebidos como corruptos, não dedicaram muitos esforços para mudar a realidade da região. O país contém um largo histórico de grupos insurgentes, muitas vezes fundamentalistas, ao longo das últimas décadas, e pouco faz para combatê-los antes deles se tornem violentos.

O grupo foi muito eficiente ao se aproveitar das falhas do Estado. Seu crescimento foi exponencial, de armas rudimentares a ataques bem organizados com bombas, rifles, tanques, etc. Suspeita-se que eles tenham recebido ajuda e treinamento de outros grupos jihadistas como o al-Shabab e Al-Qaeda, além do apoio do ISIS. A polícia nigeriana foi pouco eficaz no combate ao grupo e só aumentou o sentimento de insegurança ao atacar civis com prisões arbitrárias, torturas e chantagem.

A cobertura da mídia nigeriana ao grupo é relativamente abrangente, porém muitas vezes enviesada. Os meios de comunicação representam uma importante forma de mobilização da população, formação de opinião e vigilância. Contudo, a imprensa na Nigéria parece acuada pelo grupo, que já matou jornalistas e constantemente se aproveita do poder desse meio de comunicação para se auto-promover. A mídia internacional demonstrou pouco interesse pelo grupo até 2014, quando mais de 200 meninas foram sequestradas em sua escola, em Chibok. Este evento gerou grande empatia e uma campanha que se espalhou por vários países do mundo, a #BringBackOurGirls.

Pouco se lê ou estuda sobre os problemas intrinsecamente africanos, e este trabalho visa jogar um pouco de luz sobre um grupo que há mais de uma década está desestabilizando a Nigéria, perpetrando caos e freando o desenvolvimento. É certo que se tal ameaça surgisse em um país considerado desenvolvido, a abordagem seria completamente diferente, tanto do governo quanto da comunidade internacional. Um dos objetivos da presente exposição é justamente trazer um pouco deste debate para fora da Nigéria, especialmente para o Brasil, onde pouco se sabe sobre muitos países africanos – mesmo tendo estreitos laços histórico-culturais com alguns destes, e considerando os países da Costa Oeste deste continente como entorno estratégico.

O ponto de partida deste projeto foi uma inquietação, a busca do porque o Boko Haram recebe pouca atenção da mídia internacional, especialmente dada a natureza de seus ataques. Para isso é necessário entender as origens do grupo, o contexto nigeriano, o que é terrorismo e porque o grupo foi rotulado como terrorista, além de conhecer um pouco da mídia internacional, suas principais fontes e motivações. Ambos os métodos qualitativo e quantitativo serão utilizados no desenvolvimento do trabalho.

O problema de pesquisa, aquilo que busca ser respondido, é de que forma dois gigantes da mídia internacional, legítimos representantes de uma visão ocidental e uma visão árabe-islâmica da política internacional, cobriram o caso do sequestro das meninas de Chibok.

Sendo assim, será feita uma exposição sobre a história do grupo desde 2002 até 2015, serão exploradas as formas de atuação, seus objetivos, e seu contexto. O combate feito pelo estado nigeriano será debatido também, tendo em vista que se mostrou pouco eficiente e com frequentes desrespeitos à direitos humanos básicos, submetendo a população a ainda mais sofrimento. Isso será feito a partir de extensa pesquisa bibliográfica, contando com uma boa representação de autores nigerianos, e comparando dados e relatos expostos por diferentes autores visando uma maior fiabilidade das informações.

Dois eventos específicos serão analisados mais de perto, o sequestro das meninas de Chibok e o massacre ocorrido em Baga. Com relação ao massacre, que ocorreu com poucos dias de diferença do atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, será esmiuçada a razão para um ter recebido atenção massiva da mídia, e o outro uma cobertura incomparavelmente mais discreta. Já o sequestro das meninas de Chibok será utilizado para analisar a cobertura da mídia internacional ao grupo, especificamente dos jornais The New York Times e Al Jazeera. O ano de 2014 foi escolhido para ser analisado justamente por ser o ano do sequestro, que colocou bastante atenção no tema e na Nigéria.

As notícias dos jornais escolhidos foram selecionadas a partir de uma metodologia em que o critério de seleção baseia-se na notícia ser de um desses dois jornais, ter sido publicada na internet no ano de 2014, e mencionar as palavras “Boko Haram”, independente de a notícia ser ou não sobre o grupo ou sobre a Nigéria. Serão buscados padrões no conteúdo dessas notícias, o objetivo é entender o tipo de cobertura que esses jornais deram, se elas se aprofundam nos problemas do país, se são relevantes e informativas, e, como não pode deixar de ser, as diferenças e semelhanças na abordagem desses dois jornais, que estão sediados em

extremos diferentes do mundo. Para tanto serão utilizadas tanto fontes primárias quanto secundárias na exposição de dados.

Ademais, será feito um debate sobre a securitização do grupo, uma abordagem teórica para o que pode ter propiciado seu surgimento, os elementos que justificam sua securitização, e por último um debate sobre os conceitos de terrorismo, sobre sua volatilidade, suas categorias, e seu uso com finalidades políticas. A ideia é gerar um olhar crítico sobre esses temas e conceitos tão em voga no mundo hoje.

CAPÍTULO 1: O BOKO HARAM

Neste capítulo é apresentado um breve contexto da Nigéria para facilitar o entendimento da conjuntura política do país, tão diferente da grande maioria dos países ocidentais. Em seguida é aprofundado o tema do surgimento e desenvolvimento do Boko Haram, além de tratar com mais especificidade do massacre ocorrido em Baga. Por último é feita uma exposição do combate feito pelo estado nigeriano, os esforços multilaterais e as frequentes violações a direitos humanos.

1.1: Politização da religião ou “religianização” da política?

Após a Nigéria alcançar a independência do Reino Unido, em 1960, sua política foi marcada por uma série de golpes de Estado, principalmente pelo governo militar, até que a morte do General Sani Abacha, em 1998, permitiu a transição política para a democracia. Em 1999 foi adotada uma nova constituição, possibilitando a transição para o governo civil. Hoje ainda existe a tarefa de institucionalizar a democracia e reformar a economia baseada em petróleo, cujas receitas foram dissipadas pela corrupção e pela gestão duvidosa. Além disso, a Nigéria continua sofrendo tensões étnicas e religiosas de longa data.¹

Política e religião estão profundamente mescladas na cultura nigeriana, sendo o islamismo e o cristianismo dominantes, os conflitos ocorrem em quase todos os níveis da sociedade. Em 1985 a Nigéria se registrou como membro da Organização para a Cooperação Islâmica (antes Organização para a Conferência Islâmica), o que gerou revolta entre os cristãos, que viram esse movimento como parte de um plano para gradualmente extinguir sua força na estrutura política nacional e “islamizar” o país. Em 1999 o governador de Zamfara, Ahmed Yerima, estabeleceu a Sharia² como sistema legal oficial do estado, atitude lícita segundo a constituição. Seguindo este movimento, outros 11 estados da região norte adotaram o mesmo sistema legal. Isso intensificou a hostilidade entre cristãos e muçulmanos em um país em que

¹ CIA, The World Factbook. “Africa: Nigeria”; Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>. Acesso em: 29 de jan. 2018.

² A lei da Sharia é o sistema legal do Islã. É derivado do Alcorão, do texto central do Islã e das fátuas - decisões dos estudiosos islâmicos. A lei age como um código de vida ao qual todos os muçulmanos devem aderir, incluindo orações, jejum e doações para os pobres. O objetivo é ajudar os muçulmanos a entender como eles devem liderar cada aspecto de suas vidas de acordo com os desejos de Deus. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-27307249>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

muitos escolhem se identificar pela religião antes de se identificar pela nacionalidade (EBHOMIENLEN et al., 2013, p. 168).

De acordo com Mazrui (apud ISA, 2010, p. 321), um dos desencadeadores para a defesa da Sharia em alguns estados do norte foi o ressentimento com a posição na periferia da política do país e sua configuração de poder. Houveram momentos em que os líderes políticos do norte ocuparam posições políticas poderosas na Nigéria e outros quando os nortistas aceitaram sua posição economicamente marginal. No entanto, com as eleições federais de 1999, o equilíbrio do poder político deslocou-se para o sul sem uma marcada transformação na marginalidade econômica do norte. Assim, a política da defesa da Sharia foi parte de um protesto contra as desigualdades econômicas regionais na Nigéria.

Figura 1: Mapa dos estados que adotam a Sharia



Fonte: Politico Magazine³

1.2: Surgimento e desenvolvimento do grupo

Segundo Walker (2012, p.3), a origem do grupo data de 2002 com um conjunto de jovens que adoravam na Mesquita Alhaji Muhammadu Ndimi, em Maiduguri, no estado Borno.

³ BREMMER, Ian. "The Chart That Explains Why Ukraine Can't Fight Russia"; Politico Magazine. Disponível em: <<https://www.politico.com/magazine/story/2014/03/statistics-that-explained-the-world-this-week-104633>>. Acesso em: 30 de jan. 2018.

Eles declararam a cidade e o islamismo estabelecido nela como “intoleravelmente e irremediavelmente corruptos”.

O grupo se mudou para uma aldeia chamada Kanama, no estado de Yobe, próxima à fronteira com o Níger. Ali estabeleceram uma comunidade separatista regida por princípios islâmicos “linha dura”, visando a criação de uma sociedade “mais perfeita” e longe da corrupção. No final de 2003, em uma disputa com o exército, o líder Mohammed Ali acabou morto, junto com boa parte dos setenta membros da facção. A essa altura a mídia nigeriana já os observava devido ao apelido dado pelos locais, o Talibã Nigeriano. Outro aspecto que chamou atenção foi o fato de jovens saudáveis e abastados, filhos de pessoas importantes do Norte, serem parte da iniciativa. A própria Embaixada dos Estados Unidos na Nigéria, como depois foi revelado pelo vazamento do Wikileaks, concluiu em 2004 que o grupo não apresentava uma ameaça internacional e não estava relacionado a organizações jihadistas (WALKER, 2012, p. 3).

Os poucos sobreviventes do confronto retornaram a Maiduguri, ali se uniram a um outro grupo originário da Mesquita Ndimi, e seu líder era Mohammed Yusuf. Se estabeleceram então em um terreno do padrasto de Yusuf, ao norte da cidade. As autoridades aparentemente haviam perdido interesse pelo grupo, dando espaço para que eles se expandissem para outros estados, incluindo Bauchi, Yobe e até o Níger. Os vizinhos de Maiduguri apelidaram o grupo de Boko Haram, que, grosso modo, pode ser traduzido como “educação ocidental é proibida” (WALKER, 2012, p. 3). Vale ressaltar que, em panfleto circulado em 2010, o grupo afirmou que seu verdadeiro nome é ‘Jama’atu Ahlissunnahlidda’awati wal Jihad’, que pode ser entendido como “pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do Profeta e Jihad” (ONUOHA, 2012, p. 136).

O grupo criou um “estado dentro do estado”, com um gabinete, sua própria polícia religiosa e uma ampla fazenda. As pessoas eram atraídas pela oferta de comida e abrigo, a maior parte delas eram jovens desempregados e refugiados da fronteira com o Chade. A fonte do dinheiro não era clara. Membros do grupo religioso de Borno dizem que Yusuf recebia dinheiro de Salafistas na Arábia Saudita. Outra possível fonte eram doações de nigerianos ricos do Norte (WALKER, 2012, p. 3).

Às vésperas da eleição presidencial de 2007, Sheikh Ja’afar Mahmoud Adam, um clérigo e pregador na mesquita Ndimi em Maiduguri, foi assassinado enquanto pregava na mesquita que ele administrava em Kano. O assassinato permaneceu como um mistério por um tempo, mas hoje se sabe que foi ordenado por Mohammed Yusuf. Sheikh Ja’afar tinha

começado a criticar o grupo por sua ideologia “linha dura”, prevendo um choque com o Estado. (WALKER, 2012, p. 4).

Em 2009, ao viajar em massa para o funeral de um companheiro, parte do grupo foi parada por policiais devido ao não uso de capacetes de motocicleta, o que gerou um embate. As circunstâncias não são claras, mas um dos membros teria atirado na polícia, ferindo vários oficiais (WALKER, 2012, p. 4). Integrantes da força-tarefa anti-roubo composta por policiais e militares abriram fogo contra a procissão, matando 17 membros do Boko Haram. Yusuf demandou justiça, contudo as autoridades pouco fizeram para investigar o caso (AGBIBIOA, 2013, p. 433). Posteriormente o líder liberou diversos vídeos com sermões ameaçando o Estado e a polícia com violência, estes circularam em DVD e ganharam grande audiência (WALKER, 2012, p. 4). Neste mesmo mês um time da força-tarefa invadiu o esconderijo em Bauchi e prendeu nove membros, além de apreender armas e materiais utilizados para o preparo de bombas, isso levou o grupo a se rebelar e a atacar formações policiais em Bauchi, e eventualmente em Kano, Yobe e Borno (ADESOJI, 2010, p. 98). Esses eventos levaram o governo de Bauchi a reprimir o grupo, prendendo mais de setecentos membros. Em Maiduguri a polícia cercou a mesquita, mas membros da seita conseguiram sair e, durante três dias, propagaram terror pela cidade. Eles agiam de forma independente, lutando contra a polícia e matando civis cristãos e muçulmanos indiscriminadamente (WALKER, 2012, p. 4).

Quando a polícia retomou o controle de Maiduguri, promoveu um expurgo dos membros do grupo e de qualquer suspeito de apoiar ou simpatizar com o Boko Haram. Dezenas de pessoas foram executadas sem julgamento, incluindo o padrasto de Yusuf. Entre os capturados pelo exército estava o próprio Yusuf, que foi entregue à polícia e morto dentro de algumas horas. Os membros que não foram presos ou executados, fugiram, alguns dizem que para fora do país. Depois disso, a polícia e o exército começaram a buscar informações com líderes tradicionais e imãs locais sobre pessoas suspeitas de serem membros ou simpatizantes da seita. Se a pessoa havia fugido, sua propriedade era confiscada e dada a estes líderes para manter ou dividir entre seus seguidores. Um número incerto de pessoas foi denunciado e depois desapareceu nesse período (WALKER, 2012, p. 4).

Pouco se sabe acerca do destino daqueles que fugiram no período entre 2009-10, mas a revolta certamente trouxe a atenção do jihad global para o grupo. Acredita-se que os integrantes tenham ido a campos de treinamento na Argélia, Mali e na região Sahel. Supõe-se que a liderança se deslocou para um esconderijo ao norte de Camarões (WALKER, 2012, p. 4-5). Após o assassinato de Yusuf, um Conselho formado por 20 homens assumiu o controle, e como

principal comandante emergiu Mallam Abubakar Shekau, que começou a usar mais a internet, especialmente o YouTube, para alcançar maiores públicos (LOIMEIER, 2012, p. 151).

Em setembro de 2010 foi lançado um ataque coordenado à Prisão Central de Bauchi e dezenas de membros que estavam encarcerados desde a revolta de 2009 foram libertados, a partir daí o grupo mudou sua tática de insurreição em massa para assassinatos específicos e táticas de guerrilha urbana (SOLOMON apud ONUOHA, 2012, p. 135). Neste mesmo ano eles retornaram a Maiduguri e deram início a uma campanha de assassinatos. Esta começou com ataques a postos de controle da polícia em Yobe e Borno, o método favorito do grupo era fazê-lo em motocicletas, de forma que eles pudessem matar o oficial e subtrair suas armas. Homens armados também invadiram as casas de líderes locais que haviam cooperado com a polícia, e as pessoas que ocupavam os terrenos confiscados dos membros eram mortas quando se negavam a sair. Entre o natal e o ano novo de 2010 dezenas de bombas foram detonadas perto de igrejas e mercados em dois distritos de Jos e no entorno de Abuja, matando dezenas. Estes ataques mostraram que o grupo era capaz de atingir civis e pontos vulneráveis (WALKER, 2012, p. 5).

Abu Dujana, um antigo membro da seita, disse à BBC via telefone que os membros desenham suas ideias do mesmo grupo de pensamento radical da al-Qaeda e do al-Shabab. Eles começaram a roubar bancos, comboios de dinheiro e negócios bem-sucedidos em Maiduguri e em Bauchi. Eles alegam que os roubos são permitidos pelo corão já que os recursos tomados são considerados “espólios da guerra”. Acredita-se que o grupo tenha alcançado a quantia de 500 milhões de naira⁴, ou 3 milhões de dólares, dessa forma (WALKER, 2012, p. 5).

Em junho de 2011 o Boko Haram bombardeou a sede da polícia em Abuja. Um carro carregado com explosivos entrou no complexo Louis Edet House, um bloco de escritórios na zona governamental de Abuja. Supõe-se que o motorista objetivava estacionar o carro perto da escada de entrada, mas foi direcionado para a parte de trás do prédio por guardas, dessa forma a bomba detonou no estacionamento. Na época ainda se questionou se a bomba tinha a intenção de ser um ataque suicida, mas em agosto deste mesmo ano as dúvidas foram sanadas quando um homem dirigiu até o complexo da ONU, também em Abuja, e detonou uma bomba que matou 23 pessoas e feriu dezenas de outras. Esse ataque colocou as atenções da mídia internacional no Boko Haram e posicionou o grupo como militante com capacidade técnica e doutrinaria de produzir bombardeios suicidas (WALKER, 2012, p. 5-6).

⁴ Moeda da Nigéria

A forma como o grupo se conectava com o mundo externo também mudou nesse período, eles estreitaram a disciplina telefônica, ao invés de ter os jornalistas ligando para os contatos feitos dentro da organização, os membros começaram a coletar o número dos jornalistas que eles gostariam de contatar. Abu Qaqa, um porta-voz do grupo, começou a contatar periodistas reivindicando a autoria de ataques, que se intensificaram bastante após o bombardeio ao complexo das Nações Unidas. Eles começaram a atacar outras representações de autoridade para além da polícia, o que incluía escolas e jornais. Em 2012, doze escolas públicas foram queimadas durante a noite em Maiduguri, forçando cerca de 10.000 crianças a ficarem sem acesso à educação formal. A seita disse aos jornalistas que esses ataques foram uma retaliação às prisões de vários professores islâmicos de escolas corânicas tradicionais (Tsangaya) em Maiduguri (WALKER, 2012, p. 6). Nesse ano ainda houve a morte de dois reféns europeus, Franco Lamolinara e Chris McManus, um italiano e o outro britânico. As vítimas, sequestradas em 2011, acabaram mortas durante a tentativa de resgate. Embora o Boko Haram seja suspeito, não há evidências de que o grupo estava realmente envolvido no sequestro e assassinato dos estrangeiros (REINERT; GARÇON, 2014, p. 242).

Em janeiro de 2012 o presidente Goodluck Jonathan lamentou a situação dizendo que o momento era pior do que a Guerra Civil de 1967-70. Todas as tentativas de negociar com o grupo falharam, isso se dá muito devido à estrutura fracionada da seita. Cada membro do Conselho é responsável por uma célula, e cada célula é focada em uma determinada tarefa ou área geográfica distinta. Abubakar Shekau também rejeitou as negociações, ele disse que sua organização não havia feito nada de errado, sendo assim, a anistia não se aplicaria a eles (AGBIBOA, 2014, p. 47). Em outubro de 2012 soldados da *Joint Task Force* alegaram ter matado Shekau, além de outros 29 membros (REINERT; GARÇON, 2014, p. 243). De acordo com Agbiboa (2013a, p. 41), em janeiro de 2013 o Boko Haram tomou o controle de áreas em Marte, Mobbar, Gubio, Guzamala, Abadam, Kukawa, Kala-Balge, e Gamboru Ngala, na região norte de Borno, perseguiram oficiais do governo e impuseram a lei da Sharia.

Em fevereiro de 2013, Ansaru, um grupo dissidente do Boko Haram, sequestrou sete expatriados de uma empresa libanesa de construção em Bauchi, no que foi, até aquele momento, o maior sequestro no norte da Nigéria da história recente. Em março os sete foram executados como resposta do grupo à movimentação de tropas inglesas que indicavam sinais de uma tentativa de resgate. Em maio o presidente Goodluck Jonathan declarou estado de emergência nos estados de Borno, Yobe e Adamawa, isso envolveu o maior contingente militar mobilizado na Nigéria desde a Guerra Civil. Em setembro deste ano Abubakar Shekau apareceu em um

vídeo enviado para as agências de notícias, provando estar vivo, contudo, a *Joint Task Force* contestou sua autenticidade (REINERT; GARÇON, 2014, p. 244-245).

Em abril de 2014 o Boko Haram sequestrou, durante a noite, mais de 200 meninas que estavam no dormitório de sua escola, em Chibok. Isso gerou, talvez pela primeira vez, grande comoção na mídia internacional e nas redes sociais. A campanha “*Bring Back Our Girls*” foi lançada para aumentar a consciência global sobre o tema e também para desafiar o governo nigeriano a resgatar as meninas com segurança. Vários líderes mundiais e organizações internacionais expressaram solidariedade pelas garotas da escola. Meninas jovens, com menos de vinte anos, que estavam na escola cujo padrão de vestimentas e abordagens educacionais não seguiam padrões associados aos muçulmanos. Este evento tornou-se um grande dano na reputação e na história da Nigéria (OLUTOKUNBO et al., 2015, p. 65-66).

O islamismo radical não é um fenômeno novo no norte da Nigéria, entretanto é válido ter em conta o contexto desta região. Em 2013, o Norte continuou a ser a parte mais subdesenvolvida do país, o desemprego crônico e a pobreza são grandes. Os efeitos da pobreza na saúde e educação são particularmente marcantes. No estado de Borno, somente 2% das crianças menores de 25 meses foram vacinadas; 83% dos jovens são analfabetos; e 48,5% das crianças não frequentam a escola (AGBIBOA, 2014, p. 51). Um estudo que foi feito em seis estados da Nigéria (Bono, Gombe, Kaduna, Kano, Sokoto e Yobe) revelou que as mesmas causalidades (econômicas, sociais, políticas e religiosas) propiciam a vinculação das pessoas ao grupo (ONUOHA, 2014, p. 5). O Boko Haram atrai, também, muitos *Almajiris*. O termo se refere a alguém que deixa sua casa em busca de uma educação islâmica. É uma prática popular enviar crianças para viver e estudar com renomados professores do Islã em cidades do norte da Nigéria. Uma pesquisa feita em 2010 apontou para a existência de 8,6 milhões de *Almajiris* nessa região do país. Estes geralmente vivem em condições muito precárias, moram muitas vezes em barracas acanhadas, deixados com pouca ou nenhuma comida, forçando-os a percorrer as ruas em mendicância. Tendo sido privados do cuidado dos familiares, eles acabam formando a maior parte dos recrutados por grupos fundamentalistas⁵ (ONUOHA, 2012, p. 137).

⁵ Os movimentos fundamentalistas são reativos. Fundamentalistas acreditam que sua religião está sob ameaça mortal pelo secularismo, e eles estão lutando de volta. Eles também são dualistas, enxergam o mundo de forma binária. Fundamentalistas acreditam que seu livro sagrado, por meio de interpretes ou sendo lido diretamente, possui autoridade suprema sobre o que se deve acreditar e como se deve agir, contudo essa interpretação é seletiva. Finalmente, eles creem em uma visão milenarista da história, esperando que Deus estabeleça plenamente suas leis no mundo em um tempo futuro. (HERRIOT, 2008, p. 2, tradução nossa)

1.3: O massacre de Baga

O massacre que vitimou, segundo a Anistia Internacional, cerca de 2.000 pessoas em Baga, ocorreu com poucos dias de diferença do ataque feito ao jornal francês Charlie Hebdo, em Paris – quando homens armados mataram 12 pessoas por vingança em nome do “Profeta”, referência a Maomé, alvo de charges publicadas pelo jornal.⁶ Sem entrar no mérito de quem ou o que merece mais atenção, já que ambos episódios são condenáveis e tiveram impactos negativos, o que se busca entender são os critérios que fazem com que um destes eventos ganhe ampla cobertura midiática e o outro, com um número consideravelmente maior de vítimas, ganhe uma cobertura mais discreta.

Em 3 de janeiro de 2015, homens armados do Boko Haram invadiram a cidade de Baga, fronteira com o Chade, e se apoderaram de um campo do exército, a segunda vez na semana que militantes ocuparam uma base militar. Moradores que conseguiram escapar do ataque disseram que a cidade estava destruída após várias horas de combate. Um sobrevivente declarou que os agressores chegaram em centenas com armas, caminhões e granadas, queimaram todas as casas que puderam e também a base militar.⁷ Esta base era parte de um esforço multinacional entre a Nigéria, o Chade e o Níger para combater o grupo islâmico, contudo, as forças do Chade não haviam sido implantadas ainda, e os militares do Chade fugiram antes do ataque do grupo, deixando sozinhos os combatentes nigerianos. Os invasores atacaram a base e, após várias horas de confronto, as tropas ficaram sem munição, levando-as a abandonar o posto. Os insurgentes se dividiram em grupos e atacaram Baga, Doron-Baga e Bundaram, obrigando as pessoas a fugirem. Homens armados em motocicletas ainda perseguiram e atiraram nos moradores que fugiram. A cidade era a última no Norte ainda sob controle do governo nigeriano.⁸

O Ministro de Defesa disse que o número de mortos foi de cerca de 150, e que muitos destes eram integrantes do grupo terrorista.⁹ Entretanto, imagens de satélite da Anistia

⁶ G1 Globo.com. "Ataque em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos"; G1 Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

⁷ MARK, Monica. "Thousands flee as Boko Haram seizes military base on Nigeria border"; The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/05/boko-haram-key-military-base-nigeria-chad-border>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

⁸ ABUBAKAR, Aminu; DIXON, Robyn. "Hundreds said killed by Boko Haram in attacks in northeastern Nigeria"; Los Angeles Times. Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/africa/la-fg-wn-boko-haram-baga-20150109-story.html#page=1>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

⁹ ROSS, Will. "Boko Haram crisis: Nigeria estimates Baga deaths at 150"; BBC News. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30788480>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

Internacional contestam esse dado. As imagens mostram mais de 3.100 estruturas danificadas ou destruídas pelo fogo em Doron-Baga. Já em Baga, uma cidade densamente povoada, cerca de 620 estruturas ficaram nas mesmas condições. A organização estima que o número de mortos seja de 2.000 pessoas.¹⁰ O presidente Goodluck Jonathan não fez menção pública ao massacre ocorrido na região, porém, menos de uma semana depois, prestou condolências ao presidente François Hollande e ao povo francês pelo ataque ao Charlie Hebdo.¹¹

1.4: O combate feito pelo Estado nigeriano

Para tratar da resposta dada pelo governo nigeriano às ações do Boko Haram, o recorte será feito a partir das revoltas de julho de 2009, após o enfrentamento do grupo com a polícia local pelo tema do uso de capacetes, que foi quando as atividades começaram a se intensificar – apesar do breve intervalo entre a retomada de Maiduguri pela polícia nesse mesmo ano e o ataque à prisão de Bauchi, em 2010. Naquela oportunidade, Mohammed Yusuf foi capturado vivo e executado sem julgamento, assim como seu padraсто, que não tinha conexão direta com o grupo, e dezenas de outros membros. Da mesma forma, Buji Foi, um ex-comissário no estado de Borno acusado de financiar o Boko Haram, foi preso e executado um dia depois de Yusuf. (ONAPAJÓ; UZODIKE, 2012, p. 30). Vídeos de jovens rapazes e supostos membros do grupo sendo assassinados pela polícia foram postados no YouTube (WALKER, 2012, p. 4).

Com a volta e proliferação dos ataques em 2011, o governo nigeriano decidiu criar uma força-tarefa militar conjunta especial (*Special Joint Military Task Force*), conhecida como Operação de restauração da ordem. A força contava com o Exército, Marinha, Força-Aérea, Polícia, e com o Serviço de Segurança do Estado. Estabelecida em Maiduguri, sua missão era neutralizar a ameaça do grupo na região. No final deste mesmo ano, o presidente Goodluck Jonathan declarou estado de emergência em 14 áreas, localizadas em quatro estados diferentes, onde as atividades do grupo eram mais intensas. Alguns dos poderes estabelecidos por esse ato foram a detenção de suspeitos, a tomada de posse ou o controle de qualquer propriedade na área

¹⁰ MARK, Monica. "Boko Haram's 'deadliest massacre': 2,000 feared dead in Nigeria"; The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/09/boko-haram-deadliest-massacre-baga-nigeria>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

¹¹ Press Release. "Jonathan condemns terrorist attack on French magazine"; Premium Times. Disponível em: <<https://www.premiumtimesng.com/news/more-news/174503-jonathan-condemns-terrorist-attack-french-magazine.html>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

de emergência, a entrada e busca em qualquer local, e o pagamento de compensação às pessoas afetadas pela ordem (SAMPSON, 2015, p. 27-38).

No entanto, as atividades da JTF (*Joint Task Force*), como ficou conhecida, atingiram os direitos e liberdades individuais, e, entre outras coisas, era comum a arbitrária detenção em massa de pessoas sob suspeita de terrorismo, execuções extrajudiciais, entradas e buscas excessivas. A força-tarefa ganhou a reputação de executar sumariamente pessoas detidas por suspeita de adesão ao Boko Haram. A maioria das vítimas foram mortas durante as operações da JTF e posteriormente identificadas como militantes da facção mortas em combates armados, enquanto outras foram executadas após a prisão e/ou sob custódia. Outras foram abduzidas de suas casas e executadas em lugares isolados, executadas ou espancadas até a morte enquanto detidas, ou mortas e atiradas nas ruas (SAMPSON, 2015, p. 38).

O *Terrorism Prevention Act* (TPA) foi aprovado pela Assembleia Nacional em 2011. Atos de terrorismo foram criminalizados e procedimentos legais foram estabelecidos, incluindo: investigação, busca de instalações e apreensão de pessoas ou materiais; atividades de vigilância; a apreensão de dinheiro e bens terroristas; extradição; e a prisão e detenção de suspeitos terroristas e sua acusação. O TPA reconheceu a inter-relação entre o antiterrorismo e o Estado de direito, portanto, suas disposições subscrevem as garantias mínimas de direitos humanos em tratados internacionais relevantes de direitos humanos e a constituição (SAMPSON, 2015, p. 39).

Em 2013 Baga foi atacada por soldados nigerianos enfurecidos pelo assassinato de um deles. Um grupo de militares começou a atirar indiscriminadamente na população e a atear fogo nas casas e estabelecimentos, quem tentava sair das casas em chamas era alvejado, sobreviventes disseram ter visto uma criança pequena ser arrancada da mãe e atirada no fogo, muitos eram obrigados a correr de volta para as chamas para evitar serem atingidos pelas balas. Ao tentar escapar, pessoas também morreram afogadas no Lago Chade, outros foram atacados por hipopótamos nas águas rasas. Centenas de moradores fugiram para a mata, onde tiveram que ficar por dias em condições precárias, as pessoas mais velhas, que não conseguiam correr, em sua maioria morreram queimadas, crianças pequenas deixadas para trás também. Estima-se que aproximadamente 200 pessoas tenham perdido suas vidas nessa investida militar. O exército efetivamente bloqueou muitos jornalistas de chegarem a Baga. Embora as numerosas baixas civis sejam rotina no confronto dos militares com o Boko Haram, os políticos nigerianos geralmente têm pouco a dizer sobre. Entretanto, desta vez, houve indignação e pedidos por uma

investigação na Assembleia Nacional, e o governo da Nigéria sofreu severas críticas internamente e no exterior, incluindo dos Estados Unidos.¹²

Em 2014, como uma iniciativa da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e com o apoio da União Africana (AU) e do Conselho de Paz e Segurança (PSC), foi criada a Força Tarefa Conjunta Multinacional (*Multinational Joint Task Force*) como um mecanismo ofensivo e de estabilização com o objetivo de combater o Boko Haram e outros grupos rotulados como terroristas que atuam na região da Bacia do Lago do Chade. Embora a MNJTF tenha sido uma iniciativa da LCBC, apenas quatro dos seis Estados membros – Camarões, Níger, Nigéria e Chade, além do não-membro Benim – são parte da força. Como resultado, a MNJTF é uma coalizão de estados que surgiu para enfrentar uma ameaça comum. Seu mandato inclui, entre outras coisas, a realização de operações militares para evitar a expansão do grupo; patrulhas condutoras; a prevenção da transferência de armas ou logística para o grupo; a busca e libertação ativas de todos os seus sequestrados, incluindo as garotas de Chibok; e a realização de ações psicológicas para incentivar a deserção nas fileiras de frente do Boko Haram. A MNJTF também ficou encarregada de realizar ações específicas nas áreas de inteligência, direitos humanos, informação e mídia (ASSANVO et al., 2016, p. 2-3).

Em relatório lançado em 2014, a Anistia internacional denunciou a tortura e os maus-tratos promovidos por agentes do Estado na Nigéria. A pesquisa revelou um padrão de investigação criminal inadequado por parte da polícia e militares, e um desrespeito pelo devido processo. Isso facilita violações dos direitos humanos das pessoas em custódia, como a tortura e outros maus-tratos, e a recusa de prover aos suspeitos um julgamento justo. Os agentes oficiais de segurança raramente são responsabilizados pelas falhas no seguimento do processo ou por perpetrar violações dos direitos humanos. A ausência de reconhecimento e condenação pública de tais transgressões pelos altos funcionários do governo contribuem ainda mais para criar um ambiente de impunidade, além de suscitar sérias preocupações com a vontade política de acabar com essas violações. Em adição a essa impunidade, vários outros fatores facilitam a rotina e prática sistêmica de tortura e maus-tratos na Nigéria. A força policial é mal treinada para realizar investigações criminais, ela depende fortemente de interrogatórios e confissões para resolver casos e as prisões são rotineiramente realizadas antes da investigação. De forma similar, as operações militares conduzidas contra o Boko Haram dependem fortemente de

¹² NOSSITER, Adam. "Massacre in Nigeria Spurs Outcry Over Military Tactics"; The New York Times. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/04/30/world/africa/outcry-over-military-tactics-after-massacre-in-nigeria.html?pagewanted=all&_r=0>. Acesso em: 09 de out. 2017.

“rastreios” e detenções em massa, e essas pessoas ficam presas por longos períodos sem acusação ou julgamento (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 6).

Embora o direito internacional dos direitos humanos e a lei nigeriana estabeleçam uma série de salvaguardas para prevenir a tortura, estas raramente são postos em prática. A Anisita Internacional entrevistou centenas de vítimas que disseram ter sido presas – tanto pelo exército quanto pela polícia – sem mandados, interrogadas na prisão em regime de incomunicabilidade – sem acesso às suas famílias ou advogados – e não foram levados perante um tribunal dentro de um tempo razoável. O desrespeito de tais salvaguardas os deixou à mercê das forças de segurança. Vários advogados revelaram que, na maioria dos casos, a polícia confia exclusivamente em declarações confessionais para embasar os processos. Levando em consideração que a maioria das vítimas de tortura não têm acesso a recursos financeiros, a preocupação sobre como tais “confissões” foram obtidas geralmente não é levantada no tribunal em tais casos. Além disso, mesmo que a “confissão” eventualmente seja derrubada e que a polícia não consiga produzir provas suficientes para prosseguir com a acusação, a vítima já terá passado meses ou anos em detenção, esperando ou passando por um julgamento (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 7).

A organização descobriu também que a vasta maioria das queixas sobre tortura e maus-tratos não levam a nenhuma investigação. Na maioria dos casos envolvendo alegações de tortura por parte das forças de segurança que a Anistia documentou, nenhuma investigação ou medida apropriada foi tomada para levar os suspeitos perpetradores à justiça. E nos casos em que as investigações ocorreram, elas geralmente eram internas do sistema policial ou militar, os resultados não foram revelados e nenhuma ação criminal ou disciplinar foi tomada contra os acusados envolvidos. Dessa forma, o ciclo de impunidade permanece inalterado. Pedidos de indenização são raros já que a maioria das vítimas são pobres e sequer podem pagar por um advogado. Em todos os casos investigados pela entidade, nenhuma vítima de tortura ou maus-tratos foi indenizada pelo governo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 7).

Essa situação, segundo esse relatório da Anistia, não é nova. Ao longo dos anos várias organizações nacionais e internacionais reportaram sobre o uso generalizado da tortura pela polícia e por outras agências de segurança. O Relatório Especial da ONU sobre Tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes concluiu, depois de uma missão ao país em 2007, que “na Nigéria, a tortura e os maus-tratos são amplamente praticados sob custódia policial; eles são particularmente sistêmicos nos Departamentos de Investigação Criminal. A tortura é uma parte intrínseca ao funcionamento da polícia nigeriana.” Em 2005, a organização nigeriana

de direitos humanos *Access to Justice* informou que a força policial estava usando tortura como uma prática institucionalizada e rotineira em seu processo de investigação criminal. Em 2007, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC) afirmou que a tortura é utilizada como um meio oficial de investigação de delitos, e que muitos casos em tribunais são processados com base em “confissões” obtidas sob circunstâncias de tortura das pessoas acusadas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 8).

A título de conhecimento, a Anistia Internacional identificou as seguintes práticas como as mais comuns: espancamentos; estupro e violência sexual; tiros; extração de unhas ou dentes; suspensão em hastes ou canos; regime de fome; sentar-se em objetos afiados; choques elétricos; enforcamento; ‘tabay’ (os cotovelos são amarrados atrás das costas antes da pessoa ser suspensa em uma vara ou forçada a sentar-se embaraçosamente no chão); e tortura com água (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014, p. 9-11).

CAPÍTULO 2: A RETÓRICA DO TERRORISMO NA SECURITIZAÇÃO DO GRUPO E OS CRITÉRIOS DA MÍDIA PARA DAR PUBLICIDADE A UM EVENTO

O presente capítulo é centrado em perspectivas mais teóricas. O estado de natureza Hobbesiano é utilizado para explicar uma das condições que favoreceu o surgimento do grupo no norte da Nigéria. Já a abordagem da securitização serve ao propósito de justificar a percepção de ameaça apresentada pelo Boko Haram. Após, é feito um debate sobre as definições de terrorismo, tentando sempre manter um olhar crítico, buscando entender as finalidades presentes por trás de cada definição. Por último, mas não menos importante, traz-se uma teoria que se esforça para explicar os critérios para um evento tornar-se notícia na mídia internacional, e esta é aplicada ao caso do massacre de Baga.

2.1: O estado de natureza no norte da Nigéria

Hobbes (1651 [2009]) coloca que os homens, quando desejam a mesma coisa e não podem desfrutá-la por igual, tratam de eliminar ou subjugar uns aos outros, um agressor teme somente o poder de outro homem. Dessa forma, não há maneira mais astuta de se proteger do que se antecipar e dominar mediante a força a maior quantidade possível de homens. A competição os impulsiona a se atacarem para alcançar algum benefício. Com isso, quando não existe um poder comum capaz de manter os homens em uma atitude de respeito, temos uma guerra de todos contra todos. A natureza de guerra não consiste no combate em si, mas na disposição para ela durante todo o tempo em que não há segurança. Uma vez que esse é o estado de natureza dos homens, não havendo algo que possa ser usado para auxiliá-los a preservar a própria vida, todos têm direito a tudo.

Dado o estado natural de insegurança, Hobbes define algumas leis naturais, comuns a todos. A primeira lei é a autopreservação, que o induz a se impor sobre os demais, e desta deriva a segunda lei: “[...] o homem deve concordar com a renúncia a seus direitos sobre todas as coisas, contentando-se com a mesma liberdade que permite aos demais, na medida em que considerar tal decisão necessária à manutenção da paz e de sua própria defesa” (HOBBS, 1651 [2009], p. 98). Entretanto, essa lei não é válida sem ressalvas, entre elas: “[...] ninguém renuncia ao direito de revidar ao ataque de quem, pela força, tenta tirar-lhe a vida” (HOBBS, 1651

[2009], p. 99), e “[...] ninguém sofrerá, com paciência, o castigo de ser aprisionado ou ferido por seu semelhante, até porque ninguém pode dizer, quando vê que outros avançam contra ele com meios violentos, se eles têm a intenção de matá-lo ou não” (HOBBS, 1651 [2009], p. 99).

Assim surge o contrato social, que nada mais é do que a transferência mútua de direitos. A preocupação com sua própria preservação e a garantia de uma vida mais longa leva os homens a aceitarem a restrição de sua liberdade, contanto que todos o façam também. Vale ressaltar que, sem a espada, os pactos não passam de palavras sem força, por isso é instituído um poder central e soberano, capaz de garantir a lei e a ordem. É um pacto de cada homem com todos os homens e isso passa a se chamar Estado. Em virtude do poder e legitimidade que cada cidadão concede ao Estado, ele é capaz de garantir a segurança, conformar todas as vontades e garantir a paz em seu país. O soberano deve ser capaz de punir os indivíduos que agem fora da lei instituída, além de prover garantias como trabalho e educação para seus súditos. Contudo, expõe Hobbes (1651 [2009], p. 131):

Efetivamente, aqueles que são governados com desleixo ousam pegar em armas para defender ou impor uma opinião, mas são eles os que se encontram ainda em guerra. Sua condição não é a paz: trata-se da suspensão de hostilidades por temor mútuo; vivem continuamente num prelúdio de batalha. Portanto, compete ao detentor do poder soberano serem juizes, ou constituírem todos os juizes de opiniões e doutrinas, como algo necessário para a paz, evitando assim a discórdia e a guerra civil.

Analisando a insurgência do Boko Haram no norte da Nigéria, podemos observar a ausência de um Estado forte na região cumprindo com a sua parte no contrato. A pobreza¹³, a fome, o alto nível de desemprego¹⁴, o baixo nível educacional¹⁵, os altos índices de corrupção¹⁶, esses fatores levam a uma descrença na capacidade do Estado de proteger seus cidadãos, o que gradativamente pode levar as pessoas de volta ao estado de natureza Hobbesiano. Isa (2010, p.

¹³ Entre 2009 e 2011, 54,4% da população estava vivendo abaixo da linha internacional da pobreza da Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/infobycountry/nigeria_statistics.html>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

¹⁴ No quarto trimestre de 2009 o nível de desemprego alcançou 19,7%, o que representa mais de 30 milhões de pessoas da população total. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/nigeria/unemployment-rate>>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

¹⁵ Segundo a Unicef, entre os anos 2008 e 2012 apenas 54,2% dos homens e 54,3% das mulheres chegaram à escola secundária. Disponível em: <https://www.unicef.org/infobycountry/nigeria_statistics.html>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

¹⁶ A Nigéria ocupa a posição 136 de 176 no Índice de percepções de corrupção 2016 da Transparência Internacional. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

329) argumenta que a emergência e subsequente transformação do grupo está ligada com a insatisfação com a base econômica fraca do país, que considera todas essas características mencionadas acima. Quanto maior a ausência do poder estatal, mais espaço as pessoas ganham para exercer sua vontade soberana de subjugar outros homens e tomar para si o que julgarem conveniente, já que tampouco existe propriedade no estado de natureza, há somente o que você consegue conquistar e proteger.

2.2: O processo de securitização do Boko Haram

Buzan et al. (1998, p. 5-8) estabelecem alguns pressupostos que compõem sua análise sobre securitização. Alguns conceitos que devem ser explicados de antemão são os níveis de análise e os setores. Os níveis de análise fornecem uma estrutura dentro da qual se pode teorizar, eles não são em si teorias, mas permitem localizar fontes de explicação e os resultados dos quais as teorias são compostas. Os níveis são cinco, do mais macro ao mais micro: sistemas internacionais; subsistemas internacionais; unidades; subunidades; e indivíduos. Já os setores servem para desagregar um todo com o propósito de fazer a análise selecionando alguns dos seus padrões distintivos de interação. Entretanto, aos itens identificados por setores falta a qualidade de existência independente. Relações de coerção não existem separadas das relações de troca, autoridade, identidade e meio ambiente. Os setores podem identificar padrões distintivos, mas eles permanecem partes inseparáveis de um todo complexo. Além disso, o método analítico de setores, apesar de começar com desagregação, necessita terminar com remontagem. A desagregação é feita apenas para se alcançar clareza e simplificação, mas para alcançar entendimento é preciso remontar as partes e observar como elas se relacionam umas com as outras.

Para os autores, que qualidade torna algo um problema de segurança nas relações internacionais? A resposta pode ser encontrada no tradicional entendimento político-militar de segurança. Nesse contexto, segurança é sobre sobrevivência. A natureza especial das ameaças à segurança justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas. Invocar esse termo tem sido a chave para legitimar o uso da força e, mais frequentemente, tem aberto o caminho para o estado se mobilizar, ou tomar medidas extraordinárias, para lidar com ameaças à sua existência (BUZAN et al., 1998, p. 21).

Mas o que implicam os termos ‘ameaça existencial’ e ‘medidas extraordinárias’? O primeiro somente pode ser entendido em relação à característica particular do objeto referente em questão. Não existe um padrão universal baseado em algum sentido do que ameaça a vida humana. A qualidade essencial irá variar através de diferentes setores e níveis de análise, assim variará também a natureza das ameaças existenciais. No setor político as ameaças tradicionalmente são definidas nos termos do princípio constitutivo – soberania, mas às vezes pode ser ideologia – do estado. A soberania pode ser ameaçada existencialmente por qualquer coisa que questione o reconhecimento, a legitimidade, ou a autoridade governante (BUZAN et al., 1998, p. 21-22).

“Segurança” é um movimento que eleva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra o problema ou como um tipo especial de política ou o posiciona acima desta. A securitização pode ser vista como uma versão mais extrema da politização. Em teoria, qualquer problema público pode ser situado no espectro não politizado (significando que o estado não lida com isso e tampouco é tornado uma questão de debate público), variando ao politizado (significando que o problema é parte de uma política pública, requerendo decisão governamental e alocação de recursos), até o securitizado (significando que o problema se apresenta como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político). Segurança é uma prática auto referencial pois é nela que a questão se torna um problema de segurança – não necessariamente porque existe uma ameaça real, mas porque ela é apresentada como uma. A definição exata e os critérios de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para produzir efeitos políticos substanciais (BUZAN et al., 1998, p. 23-25).

A questão central da securitização repousa no discurso e nas constelações políticas: quando um argumento com essa retórica e estrutura semiótica específicas alcança um efeito suficiente que faz uma audiência tolerar a violação de regras que em outros casos teriam que ser obedecidas? Mesmo a lógica geral da securitização estando clara, é importante ser preciso acerca de seus limites. Um discurso que assume a forma de apresentar uma questão como uma ameaça existencial para um objeto referente não cria sozinho a securitização – esse é um movimento securitizador, mas a questão só é securitizada quando – e se – a audiência a aceitar de tal forma. Vale lembrar que aceitação não necessariamente significa uma discussão aberta, apenas que uma ordem repousa tanto na coerção quanto no consentimento (BUZAN et al., 1998, p. 25).

O ato de segurança é negociado entre o securitizador e a audiência – isto é, internamente com a unidade – assim o agente securitizador obtém permissão para se sobrepor a regras que em outras circunstâncias não seria possível. Uma securitização de sucesso possui três componentes: a ameaça existencial; a ação emergencial; e os efeitos nas relações entre unidades pela quebra das regras. A característica distintiva da securitização é sua estrutura retórica específica – sobrevivência, prioridade de ação “porque se o problema não for resolvido agora, será tarde demais, e nós não existiremos mais para remediar nossa falha”. O processo que envolve isso é chamado, na teoria linguística, de ato de fala (*speech act*). Mas quem pode “fazer” ou “falar” segurança? Sobre quais questões, sob quais condições? E com quais efeitos? O relacionamento entre os sujeitos não é igual ou simétrico, e a possibilidade de uma securitização bem-sucedida vai variar drasticamente de acordo com o cargo ocupado pelo ator. Ademais, segurança é um termo genérico que significa a sobrevivência diante de uma ameaça existencial, entretanto, o que constitui uma ameaça existencial não é o mesmo para os diferentes setores (BUZAN et al., 1998, p. 26-27).

Os autores ainda colocam que a securitização pode ser *ad hoc* ou institucionalizada. Se uma determinada ameaça for recorrente ou persistente, não é surpresa descobrir que a resposta e o senso de urgência se tornaram institucionalizados. Vale ressaltar que a segurança basicamente deve ser vista como negativa, como uma contestação da falha do Estado ao lidar com a questão sob o escopo das políticas normais. Idealmente, a política deveria ser capaz de se desdobrar em consonância com os procedimentos de rotina, sem essa promoção extraordinária de algumas “ameaças” específicas ao nível de urgência. Em alguns casos a securitização de temas se revela inevitável, isso porque podem haver situações em que o Estado se depara com um agressor bárbaro ou implacável. Entre as condições internas do ato de fala, a mais importante é seguir a gramática de segurança, e construir um enredo que envolva uma ameaça existencial, um ponto sem volta, e uma possível saída (BUZAN et al., 1998, p. 27-33).

A abordagem do ato de fala para segurança demanda uma distinção entre três tipos de unidades envolvidas na análise de segurança: os objetos referentes; os atores securitizadores; e os atores funcionais. Os objetos referentes são coisas que estão ameaçadas e possuem uma reivindicação legítima de sobrevivência. Os atores securitizadores são aqueles que securitizam questões ao declarar que algo – um objeto referente – está ameaçado. Já os atores funcionais são aqueles que afetam a dinâmica de um setor, mas que não são nem o objeto referente e nem o ator securitizador, esse é um ator que influencia significativamente nas decisões no campo da segurança. Para exemplificar, uma empresa poluente seria um ator central no setor ambiental,

ela não é referente e nem securitizadora, mas impacta e possui interesse na (não) securitização do tema (BUZAN et al., 1998, p. 35-36).

Ayoob (1995) citado por Buzan et al. aponta que quando a ameaça percebida é interna, a segurança militar gira primordialmente em torno da habilidade da elite de manter a paz civil, a integridade territorial, e a máquina governamental em face dos desafios postos por seus cidadãos. Esses desafios se apresentam tipicamente como militantes separatistas, revolucionários, terroristas, movimentos ou organizações criminosas. Essas são as mais comuns, mesmo existindo alguns governos que securitizam grupos não-armados que desafiam sua autoridade ou jurisdição para justificar o uso de força contra eles. Quando o objeto referente é o Estado, comumente existem regras claras acerca de quais representantes deste possuem autoridade para falar de segurança em seu nome. Não obstante, não se pode assumir que o Estado é sempre coerente, em democracias existem muitas vozes, inclusive as de grupos de pressão que se engajam no discurso de securitização, às vezes de forma eficiente, às vezes não (BUZAN et al., 1998, p. 50-55).

Podemos assumir a Nigéria como a unidade, um ator composto de vários subgrupos, organizações, comunidades, e consideravelmente coeso e independente para ser diferenciado dos outros e para estar de pé nos níveis mais altos. O Boko Haram pode ser entendido como uma subunidade funcional já que ele é um grupo suficientemente organizado e que tenta afetar o comportamento da unidade. A população de maneira geral compõe a esfera dos indivíduos, a linha inferior da maioria das análises nas ciências sociais. O Boko Haram representa uma ameaça que, em maior ou menor escala, perpassa por distintos setores, incluindo o militar, o político, o social e o econômico. A ameaça do grupo foi justificadamente securitizada de forma institucionalizada (forças-tarefa e arranjos multilaterais montados para combatê-lo) pois publicamente ameaça a soberania¹⁷ nigeriana com ataques e declarações como as de que eles “nunca aceitarão um sistema de governo diferente daquele estipulado pelo Islã” e que “nunca respeitarão o governo nigeriano porque ele é ilegal e não protege o Islã” (AGBIBOA, 2013b, p. 4).

¹⁷ Como definida por Bobbio (2004, p. 1179): “Em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado. Este conceito está, pois, intimamente ligado ao de poder político: de fato a Soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito. Obviamente, são diferentes as formas de caracterização da Soberania, de acordo com as diferentes formas de organização do poder que ocorreram na história humana: em todas elas é possível sempre identificar uma autoridade suprema, mesmo que, na prática, esta autoridade se explicita ou venha a ser exercida de modos bastante diferentes.”

O objeto referente, aquele que está sendo ameaçado, é o Estado e sua soberania; o ator securitizador é o governo nigeriano (especialmente o alto escalão, como o presidente), aquele que tem autoridade para declarar que o Boko Haram é uma ameaça existencial ao país. Essas são as associações que podem parecer mais óbvias, no entanto, definir quem são os atores funcionais demanda uma análise maior. Walker (2012, p. 8) afirma que se acreditava que o grupo possuía conexões com elites e políticos do norte, mas que não há nada que sustente tais acusações. Talvez a mídia local possa ser apontada como um ator funcional, mas é uma generalização que não pode ser feita sem ressalvas. Apesar do enorme problema da “síndrome do envelope marrom”, que será melhor tratada no próximo capítulo, e da percepção de que há uma relação simbiótica entre a mídia e o terrorismo, tal generalização seria muito rasa. Vários fatores devem ser considerados, como a divisão entre jornais privados e estatais (é pouco provável que um jornal estatal tenha interesse na propagação dos atos terroristas do grupo), a perseguição – e até assassinato – de alguns jornalistas promovida pela seita, até mesmo o tipo de mídia e seu alcance devem ser ponderados (jornais, revistas, rádio, redes sociais). Isto posto, simplesmente apontar a mídia local como um ator que possui interesse na propagação do grupo sem considerar as variáveis seria superficial e arriscado. Outros possíveis atores funcionais são os governos de países como os Estados Unidos e a França, estes possuem interesse na coesão da Nigéria, especialmente no sul do país, devido a suas grandes reservas de petróleo. A Nigéria, estando situada no Golfo da Guiné, exporta grandes quantidades de petróleo para esses países.

Em relação ao estabelecimento intersubjetivo entre o ator securitizador e a audiência demandado para uma securitização de sucesso, pode-se dizer que a população, como principal vítima dos atentados e ação direta do grupo, não teve muita resistência para aceitar tal colocação. O que pode ser contestado, especialmente levando em consideração o histórico de militância religiosa no norte da Nigéria (Cf. AGBIBOA, 2013b, p. 2), foi a complacência (não securitização de ameaça aparente) dos governantes logo quando o grupo começou a se radicalizar, o mais apropriado seria existir uma força de vigília e prevenção, além de condições de vida mais dignas e apropriadas, o que preveniria a capacidade de grupos extremistas cooptarem tantos cidadãos. Outro ponto muito contestável é o grau a que foram levadas as medidas extraordinárias tomadas pelo governo, o estado de segurança instalado pelo Presidente Jonathan se mostrou necessário, mas o despreparo das forças policiais e militares fez com que liberdades civis e direitos humanos fundamentais fossem violados, e estas são medidas que a população não legitimou.

2.3: Os desafios na definição de “terrorismo”

Apesar de amplamente utilizado no senso comum, “terrorismo” não é um termo fácil de se conceituar. Pode-se dizer que não existe um consenso mundial sobre as categorias que compõem terrorismo/terrorista/ato terrorista. Schmid (2011, p. 40) afirma que “terrorismo” talvez seja o termo mais politizado do vocabulário político atualmente, usado como rótulo para certas formas de violência política, ele reflete negativamente em um adversário político, demonizando-o e deslegitimando sua conduta. Na sua dimensão pejorativa, o destino do termo "terrorista" é comparável ao uso e abuso de outros termos do vocabulário político - termos como "racista", "fascista" ou "imperialista". Usado como um dispositivo retórico, o termo ameaça tornar-se uma mera ofensa em debates políticos, onde acusações e contra-acusações competem pela indignação moral ou pela aprovação de públicos relevantes. Então as definições geralmente tendem a refletir os interesses políticos e o julgamento moral (ou a falta) daqueles que fazem a definição. J.V. Witbeck, citado por Schmid (2011, p. 42), sugeriu: “talvez a única definição honesta e globalmente viável de terrorismo seja explicitamente subjetiva - violência que eu não apoio”.

Portanto, “terrorismo” é um termo muito contestado e as noções dele nas ciências sociais, política e legal divergem muito. Além do mais, a definição está diretamente ligada à (des)legitimação e criminalização; existem muitos “terrorismos”, que se apresentam e se manifestam de diversas formas; as organizações terroristas são (semi-)clandestinas e o segredo em torno delas dificulta uma análise objetiva; a definição está ligada à questão de saber se os terroristas trabalham ou não contra interesses nacionais, o que pode levar à aplicação de critérios ambíguos; os limites entre terrorismo e outras formas de violência política (guerrilha, assassinato, milícia) tampouco são claros; o estado, com o seu monopólio (reivindicado) do uso da força e seu poder de definição legal, pode excluir qualquer uma das suas próprias atividades (por exemplo repressão indiscriminada) da definição; o termo está também ligado a uma discussão sobre a responsabilidade primária por iniciar uma espiral descendente de violência ação-reação, e a uma discussão acerca das raízes do problema; existem ainda questões de autodeterminação e resistências armadas contra ocupações estrangeiras e regimes racistas. Da mesma forma deve levar-se em consideração que a violência perpetrada pelo oponente dos terroristas pode ser tão indiscriminada quanto, ou pior do que, a perpetrada por aqueles que são considerados "terroristas" (GANOR apud SCHMID, 2011, p. 43).

Weinberg et al. (2004, p. 778-779) alega que o termo sofre com problemas de “flexibilização” e “deslocamento”, alguns literais e outros de caráter analítico. Alguns escritores parecem identificar o terrorismo com base na distância física ou social entre o ato em questão e o observador. Se, por exemplo, um ato de violência política ocorrer a uma distância significativa (geograficamente ou psicologicamente) do observador, a tendência é dar-lhe um nome mais neutro ou benigno. O mesmo ato mais próximo de casa torna-se terrorista. O terrorismo como conceito também parece sofrer problemas de “fronteira” e “adesão”. Onde o terrorismo termina e outras formas de violência política começam? Os mesmos atos, como a pirataria aérea ou assassinatos, podem ser considerados atos terroristas em algumas ocasiões, mas não em outras, geralmente baseados nas motivações assumidas dos perpetradores ou na posição social de suas vítimas. Noam Chomsky (1987, p. 172-173) diz que o conceito evoluiu de forma interessante ao longo do tempo, sempre se adaptando aos interesses do “imperador”, e hoje se restringindo aos “ladrões” que incomodam os poderosos. Ele trabalha também com a distinção entre “terrorismo” e “retaliação”. A última seria uma forma de terrorismo praticada pelo “nosso lado”, às vezes denominada de “ataque preventivo”, quando nenhum ato prévio pode ser conjurado pelo sistema de propaganda. No mundo real todo ato terrorista tem seus antecedentes, mas apenas alguns destes serão justificados como “retaliação” ou “prevenção” – somente aqueles que estão dentro do uso oficial.

Em 1984, Alex P. Schmid enviou um questionário para diversos acadêmicos com o objetivo de chegar a um consenso acadêmico sobre o termo. O resultado foram 50 respostas com distintas definições de ‘terrorismo’, a partir disso ele montou uma tabela com os termos que apareceram com mais frequência, foram encontrados então 22 elementos de definição. (SCHMID, 2011, p. 73).

Já Weinberg et al. (2004, p. 780) fez uma pesquisa baseada no que os contribuintes das principais revistas profissionais no campo do terrorismo disseram significar a palavra para eles. Para ser mais específica, foram analisados todos os artigos sobre terrorismo do *New York: Crane Russak & Company*, entre 1977 e 1971, e depois *Minneapolis, MN: John Scherer*, entre 1982–1983 e 1986–1989; do *Terrorism and Political Violence (London: Frank Cass)*, entre 1990 e 2001; e do *Studies in Conflict and Terrorism (London: Taylor and Francis)*, entre 1992 e 2001. Isso resultou em 73 definições obtidas em 55 artigos. Abaixo é possível ver a comparação entre os resultados obtidos por Schmid e por Weinberg, Pedahzur e Hirsch-Hoefler:

Figura 2: Frequência dos elementos definidores de “Terrorismo”

Element	Schmid & Jongman Survey	Our survey
	(1988) frequency (%)	(2002) frequency (%)
1. Violence, Force	83.5	71
2. Political	65	60
3. Fear, Terror emphasized	51	22
4. Threat	47	41
5. Psychological effects and (anticipated) reactions	41.5	5.5
6. Victim-Target differentiation	37.5	25
7. Purposive, Planned, Systematic, Organized action	32	11
8. Method of combat, strategy, tactic	30.5	31.5
9. Extranormality, in breach of accepted rules, without humanitarian constrains	30	0
10. Coercion, extortion, induction of compliance	28	5.5
11. Publicity aspect	21.5	18
12. Arbitrariness, impersonal, random character, indiscrimination	21	0
13. Civilians, noncombatants, neutrals, outsiders as victims	17.5	22
14. Intimidation	17	11
15. Innocence of victims emphasized	15.5	10
16. Group, movement, organization as perpetrator	14	29
17. Symbolic aspect, demonstration to others	13.5	5.5
18. Incalculability, unpredictability, unexpectedness of occurrence of violence	9	1
19. Clandestine, covert nature	9	7
20. Repetitiveness, serial or campaign character of violence	7	0
21. Criminal	6	5.5
22. Demands made on third parties	4	1

Note: The Schmid & Jongman survey consists of 22 elements drawn from 109 definitions. Our survey consists of 73 definitions drawn from 55 articles collected from three journals.

Fonte: The challenges of conceptualizing terrorism¹⁸

Pode-se notar que os elementos nove (normalidade em violação das regras aceitas, sem restrições humanitárias) e doze (arbitrariedade, impessoal, caráter aleatório, indiscriminação), que aparecem como constituintes importantes na definição do Schmid, virtualmente não receberam nenhuma menção na definição extraída dos artigos. Outro ponto, o dez (coerção, extorsão, indução de conformidade), que aparece com uma boa porcentagem no Schmid, figurou com menos de 6% na outra definição. Os jornais mencionam muito menos fatores como o medo do terror (elemento três) e efeitos psicológicos (elemento cinco). Alguns aspectos como

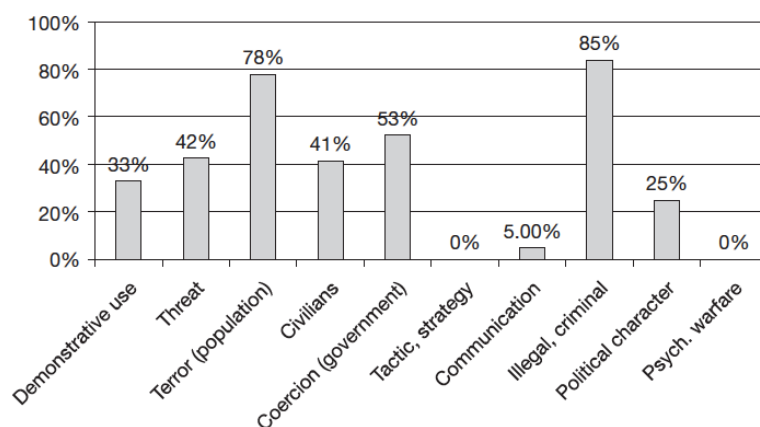
¹⁸ WEINBERG, Leonard; PEDAHZUR, Ami; HIRSCH-HOEFLER, Sivan. The challenges of conceptualizing terrorism. *Terrorism and Political Violence*, v. 16, n. 4, p. 781, 2004.

a violência política (elemento um); política (elemento dois); ameaça (elemento quatro); e métodos de combate, estratégia e tática (elemento oito) aparecem com uma frequência muito parecida em ambas as análises. A busca pela publicidade (elemento onze) é menos mencionada, mas ambas as definições parecem concordar que esse é um aspecto do terrorismo.

Com base nisso, os autores da segunda pesquisa oferecem uma definição minimalista, sendo esta: o terrorismo é uma tática politicamente motivada que envolve a ameaça ou o uso da força ou da violência, em que a busca pela publicidade desempenha um papel significativo (WEINBERG et al., 2004, p. 782). É importante ressaltar que essas definições foram dadas majoritariamente por contribuintes e acadêmicos da América do Norte e da Europa Ocidental, as categorias tendem a mudar quando se parte de uma perspectiva de mundo diferente (Cf. WEINBERG et al., 2004, p. 784). A crítica que Schmid faz a essa definição é que, por conta da sua generalidade, ela não faz referência a perpetradores ou vítimas; não menciona o medo do terror; motivo ou objetivo; alvos não-combatentes; e não menciona táticas imorais e criminais (SCHMID, 2011, p. 74).

Não satisfeito com o entendimento acadêmico alcançado, em 2004 Schmid usou uma metodologia parecida para encontrar uma convergência nas definições (inter-) governamentais e de organizações internacionais. Para isso, foram selecionadas 88 definições (75 países + 13 organizações internacionais), sendo que as dez categorias de análise foram previamente selecionadas. O resultado pode ser visto a seguir:

Figura 3: Definições de terrorismo por países (no direito nacional) e por organizações internacionais (em convenções e direito internacional) de acordo com dez categorias selecionadas.



Source: Alex Schmid, 'Terrorism – The Definitional Problem'. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 36(2-3), 2004, p. 407.

Fonte: The Routledge handbook of terrorism research ¹⁹

¹⁹ SCHMID, Alex P. (Ed.). The Routledge handbook of terrorism research. Taylor & Francis, 2011, p. 75.

De imediato nota-se que três elementos se destacam: o terror; o ilegal, criminal; e o elemento de coerção. É curioso que virtualmente não se mencionam as questões de tática, estratégia, e nem de guerra psicológica. Além do mais, a categoria comunicação aparece muito pouco. Se compararmos com os dados obtidos pela resposta dos acadêmicos, o fator que é principal nas definições governamentais (ilegalidade e criminalidade), aparece modestamente, com apenas 6% (elemento 21). Esses esforços empíricos demonstram a dificuldade de se convergir nas diferentes “arenas” em busca de uma definição universal para terrorismo. Um conceito, nesse caso, é uma escolha que reflete os interesses e crenças daquele que o criou, há que admitir-se a impossibilidade de existir uma definição que abarque todos os aspectos anteriormente mencionados, que seja mundialmente aceita, e que não condene quase todos os atores no sistema internacional.

Nem todo ato considerado terrorista terá todas essas características, pode possuir metade delas, um pouco mais, um pouco menos. São coisas que podem variar tanto da característica de cada grupo, como de ataque para ataque. Nem todas as ações de um grupo rotulado como terrorista podem ser consideradas atos terroristas. O Boko Haram, em muitos de seus atos, preenche as principais categorias que aparecem com mais frequência nas diversas definições, portanto sua classificação como grupo terrorista não foi muito questionada, exceto pelos membros do próprio grupo. Contudo, é difícil saber quão distante o governo da Nigéria – com seu histórico já mencionado – fica dessas próprias categorias. Não é preciso ir muito longe também para refletir sobre a atuação, por exemplo, dos Estados Unidos nas guerras do Vietnã, do Afeganistão, ou em tantas outras investidas militares. O rótulo ‘terrorista’ é usado convenientemente como retórica para justificar securitização – às vezes com fundamento, às vezes não -. A guerra ao terror lançada por Bush talvez tenha propagado tanto terror quanto ela supostamente visava combater.

Seguindo essa linha de raciocínio, um tema que invariavelmente não deve ser deixado de fora é o terrorismo de estado. Na ciência política existe uma convenção para distinguir entre violência estatal e violência contra o estado se referindo a primeira como “terror” e à última como “terrorismo”. A razão mais crível para se fazer essa diferenciação entre terror e terrorismo é porque o primeiro possui a função de manter o status quo, enquanto o segundo busca uma mudança política, e também porque há uma diferença de escala enorme entre eles (SLUKA, 2000, p. 1).

Sluka (2000, p. 2-3) propõe definir “terrorismo de estado” da seguinte forma: “o terror do estado refere-se ao uso ou ameaça de violência pelo Estado, seus agentes, ou apoiadores,

particularmente contra indivíduos e populações civis, como meio de intimidação e controle político (ou seja, um meio de repressão)". Segundo ele, somente estados possuem armas de "destruição (civil) em massa" ou a capacidade de privar um grande número de pessoas de requisitos de subsistência, produzir fome, desnutrição, altas taxas de mortalidade infantil, além de outras doenças crônicas de pobreza e negligência como meio de intimidação política e controle. O autor ainda ressalta que a escalada maciça no terror praticada por estados autoritários nas últimas décadas é evidenciada pelo ressurgimento da tortura como um sério problema mundial, o aumento dos assassinatos praticados por "esquadrões da morte", e o uso da violência estatal direta para intimidar milhões de pessoas.

Existe ainda uma abordagem utilitarista para a tortura, como exposta por Haritos-Fatouros (2003, p. 3):

Thus, torture is permissible on utilitarian grounds, by calculating its cost-benefit ratio. When information can "only" be obtained through torture is beneficial (if lives will be saved, for example), then torture is permissible. Nowadays, this argument is usually applied to torture of "terrorists".

Bellamy (2006, p. 124) questiona se líderes políticos realmente devem potencialmente sacrificar milhares de civis a fim de proteger os direitos de uma pessoa, entretanto ele também diz que os direitos do indivíduo à vida e à liberdade não podem ser facilmente trocados para garantir um bem indeterminado. O problema se coloca na hora de desenhar a linha entre esses dois valores morais. Em que ponto a ameaça potencial imposta pelo terrorismo se torna tão grave a ponto da proteção de muitos justificar a erosão dos direitos fundamentais de um indivíduo?

Professor aposentado de Harvard, Alan Dershowitz acredita que, apesar de existirem direitos humanos básicos que devem ser respeitados, os líderes têm a obrigação de "sujar as mãos" e quebrar as regras a fim de salvar a vida de civis. Sua ideia é legalizar e regulamentar a tortura. Se a tortura em casos de "bomba de tique-taque"²⁰ pode ser "aceitável", por que não em outros casos? Dershowitz propõe uma alteração na lei que permita a emissão de "mandados de tortura". Ser aberto em relação ao uso da tortura permitiria a supervisão judicial e a discussão

²⁰ Situação hipotética em que uma bomba foi plantada, o líder da organização terrorista foi capturado, ele alega saber a localização da bomba e se recusa a dar a informação, nesse caso a tortura garantiria a obtenção da informação e preservaria a vida de civis inocentes. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/ethics/torture/ethics/tickingbomb_1.shtml>. Acesso em: 26 de nov. 2017.

pública sobre o equilíbrio adequado a ser atingido entre os três conjuntos de valores²¹. Sob o sistema de Dershowitz, as agências de aplicação da lei precisariam solicitar às autoridades judiciais "mandatos de tortura" e teriam que demonstrar o que planejam fazer, quando, e a necessidade de tortura. O professor acredita que a melhor forma de proteger as vítimas de tortura é justamente legalizando-a. Ele clama que a tortura é um artifício que seguirá sendo utilizado de forma clandestina, e que um arcabouço legal facilitaria a transparência e preveniria o uso de métodos letais ou que podem causar danos físicos ou psicológicos permanentes. Dessa forma pode-se extrair de suspeitos terroristas informações vitais para salvar vidas ao mesmo tempo em que se evita potenciais abusos (DERSHOWITZ apud BELLAMY, 2006, p. 136-137).

Existem muitos problemas com a proposta do Dershowitz, a legalização da tortura institucionalizada abre um precedente muito perigoso que potencialmente só aumentaria a prática ao redor do mundo, além do que, legalizar a tortura de supostos terroristas em prol da defesa da nação permitiria que o mesmo fosse feito contra “nós”, mudar esse contexto normativo leva à perda da linguagem moral para condenar a tortura dos “nossos” cidadãos. Isso sem contar o perigo de regimes autoritários usarem essa premissa para a tortura e contenção de grupos que atuem contra o seu interesse. Algo importante do direito internacional dos conflitos armados seria alterado também: a imunidade do não-combatente. Tudo isso ainda partindo do pressuposto de que a tortura efetivamente funciona, o que é altamente questionável já que o indivíduo pode dizer qualquer coisa para que cesse a dor (BELLAMY, 2006, p. 137-140).

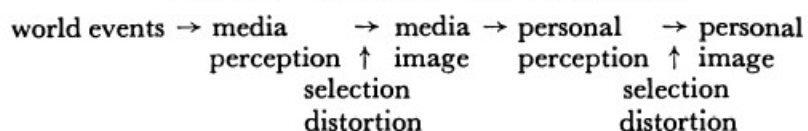
Do ponto de vista ético e moral, os critérios utilizados para levar a prática adiante são muito questionáveis. É uma linha muito tênue a ser cruzada e que fere a dignidade da pessoa humana, que é um princípio universal nas relações internacionais. A institucionalização não necessariamente previne os abusos – o que já soa contraditório pois qualquer tipo de tortura necessariamente é abusiva –. A tortura sistemática praticada pelas forças militares e policiais na Nigéria ilustra bem isso, além de ser pouco eficiente na perseguição ao Boko Haram, leva civis a sofrerem de forma arbitrária mesmo quando não há nada que os incrimine.

²¹ Três valores fundamentais das sociedades liberais, como os Estados Unidos: (1) a segurança dos cidadãos da nação; (2) a preservação dos direitos humanos dos indivíduos; e (3) abertura democrática e responsabilização (BELLAMY, 2006, p. 136).

2.3: Quais características fazem um evento se tornar notícia na mídia internacional?

Galtung e Ruge desenvolveram, em 1965, uma teoria que analisa quais características fazem com que um evento “valha” ser noticiado. Apesar de ter sido feita há mais de 50 anos, a abordagem segue atual e extremamente válida. No presente trabalho ela será aplicada ao caso do massacre de Baga como uma forma de tentar explicar a cobertura mais discreta recebida pelo acontecimento. A cadeia de comunicação de notícias é apresentada como na imagem a seguir, e os autores estão preocupados somente com a primeira metade dela.

Figura 4: A cadeia de comunicação de notícias



Fonte: The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers²²

Vale realçar que os autores partem de um pressuposto de que a mídia e os meios de comunicação são formadas por entidades impessoais, indivisíveis, e não é feita a distinção entre o jornalista no campo, o escritório da imprensa local, o escritório do distrito, o escritório central da imprensa, o editor do jornal, enfim, toda a cadeia envolvida no processo. A análise feita por eles é mais abstrata. De início é feita uma metáfora: imagine que o mundo possa ser ligado a um enorme conjunto de estações de transmissão, cada uma emitindo seu próprio sinal ou programa no seu comprimento de onda apropriado. A emissão é contínua, correspondendo ao truísmo de que algo sempre está acontecendo com alguma pessoa no mundo. O conjunto de eventos mundiais, então, é como a cacofonia do som que se obtém ao mexer no botão do mostrador de um receptor de rádio, o que pode ser particularmente confuso se feito rapidamente nos mostradores de onda média ou de onda curta. Obviamente essa cacofonia não faz sentido, ela só pode tornar-se significativa se uma estação estiver sintonizada e sendo ouvida por algum tempo antes de se mudar para a próxima. Como não podemos registrar tudo, somos obrigados a escolher, e a questão é: “o que chama a nossa atenção?” (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 65).

²² GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of peace research*, v. 2, n. 1, p. 65, 1965.

Isto posto, são estabelecidos doze critérios, e a ideia é que quanto mais critérios forem satisfeitos, maiores são as chances de o evento ser selecionado como notícia (seleção), e uma vez selecionado, seus aspectos considerados merecedores de notícia serão acentuados (distorção). Tanto o processo de seleção como o processo de distorção ocorrerão em todas as etapas da cadeia do evento para o leitor (replicação) (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 71).

Dessa forma, para ganhar espaço na mídia internacional deve-se levar em consideração a frequência: intervalo de tempo para o evento se desdobrar e adquirir significado (quanto mais similar a frequência do evento é à frequência do meio de notícias, mais provável que ele seja registrado como notícia por esse meio); a amplitude: quanto maior o evento, maior a manchete; a clareza: quanto menos ambiguidades houver, quanto mais “limpa” for a interpretação, mais o evento será noticiado; o fator significativo: deve haver proximidade cultural (contudo, há a dimensão da relevância: o evento pode ocorrer em um lugar culturalmente distante mas ainda ser carregado de significância no sentido do que isso pode implicar no leitor); a consonância: conecta o que foi selecionado com a pré-imagem mental, onde a palavra “esperar” pode e deve receber a interpretação cognitiva de “predizer” e interpretação normativa de “querer”; o inesperado: quanto mais inesperado for o evento, maior a sua chance de ser incluído como notícia; a continuidade: uma vez que um evento chegou ao topo das manchetes, então continuará sendo definido como notícia até que sua amplitude caia drasticamente; a composição: desejo de apresentar um “todo equilibrado”, se a maioria das notícias disponíveis são de um mesmo tópico, é provável que um tópico muito diferente seja considerado pertinente. Outros fatores que contam são o interesse de nações-elite e o interesse de pessoas da elite; a personalização: quanto mais o evento puder ser visto em termos pessoais, como, por exemplo, devido à ação de indivíduos específicos; e a negatividade: quanto mais negativo for o evento e suas consequências (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 65-71).

Aplicando a teoria ao caso de Baga, de início o quesito frequência é preenchido, um massacre leva pouco tempo para adquirir significado, foi um caso de um dia que cabe entre uma publicação e outra de um jornal. A amplitude certamente é satisfeita, mesmo com a informação do número de mortos divulgado pela Anistia Internacional ter tardado alguns dias, a estimativa inicial feita pelo governo da Nigéria já revelava um dado alarmante. A clareza parece simples também, mas não é, um ataque brutal cometido por um grupo que se opõe à educação ocidental e à muitos traços da modernidade parece fácil de ser entendido, até o momento em que você lê sobre os abusos cometidos pelo exército nigeriano contra civis no combate ao Boko Haram. Além disso, não está clara a motivação do ataque, é difícil estabelecer uma relação de causa-

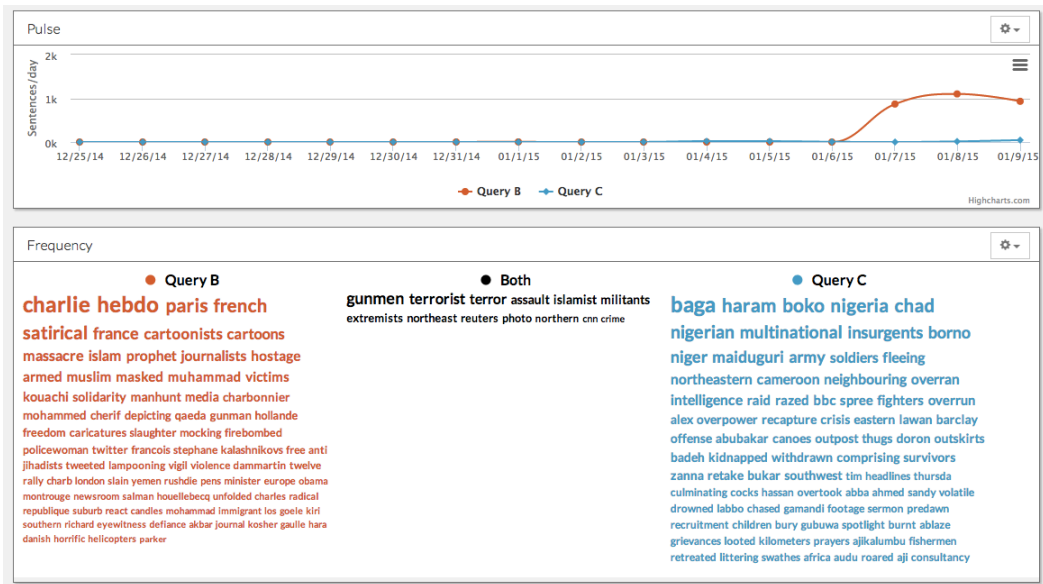
consequência. Muitas questões podem ser levantadas, o que torna o massacre em Baga uma história difícil de entender e mais difícil de contar. O fator significativo já é dificultado pelo fato de a Nigéria ser um país africano, com uma forte presença do islã, e uma realidade distante da “nossa”. É difícil para a muitos de nós imaginar viver em uma vila de pescadores nas margens do Lago Chade e ser forçado a fugir de um exército rebelde.

Em relação a consonância, mesmo as notícias geralmente sendo uma “surpresa”, Ruge e Galtung alegam que nós gostamos que nossas surpresas sejam consonantes com narrativas que já conhecemos e entendemos, o que não é o caso em questão. Certamente os civis que sofreram com o ataque não esperavam aquilo, mas Baga é uma cidade que já havia passado por outros massacres antes, além de ser uma região de constante enfrentamento entre a polícia e os militantes do Boko Haram. Continuidade e composição não são exatamente preenchidos pois a notícia mal chegou ao topo das manchetes para se manter lá, além disso, coincidiu de acontecer no mesmo período do ataque ao jornal Charlie Hebdo, que acabou atraindo as atenções do mundo. No quesito interesse, é relativamente fácil perceber o desinteresse das nações-elite e das pessoas de elite pelo que acontece em países como a Nigéria. A personalização tampouco é satisfeita, é possível que o ataque tenha sido liderado pelo Abubakar Shekau, mas isso não se confirmou, e as histórias tendem a focar no Boko Haram como um conjunto, mais do que focar individualmente em seus líderes. E por último, em relação à negatividade, pode-se dizer que esse critério é preenchido dada a natureza do ataque.

Após a análise ponto a ponto, vemos que o massacre preenche satisfatoriamente três entre doze requisitos, o que torna muito difícil, de acordo com a teoria, a mídia internacional voltar sua atenção para ele, especialmente em um momento em que eventos (que preenchem um número muito maior desses requisitos) estavam acontecendo em um país elite, a França.

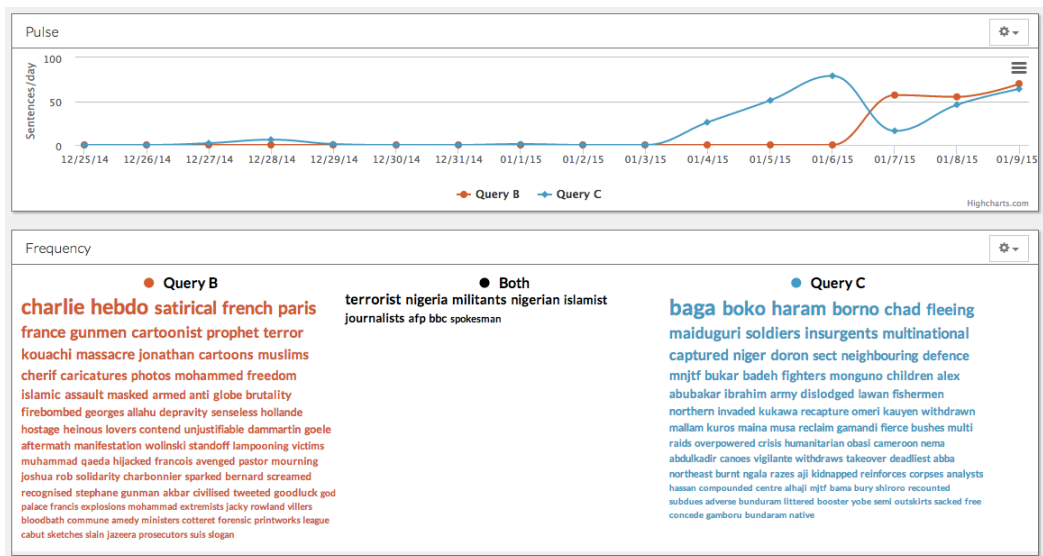
Dados extraídos de um artigo online do Ethan Zuckerman (2015) em que ele critica a parcialidade da mídia exemplificam o que acabou de ser explicado. No primeiro gráfico é mostrada a frequência com que palavras relacionadas ao Charlie Hebdo e palavras relacionadas ao massacre de Baga apareceram na mídia internacional entre 25 de dezembro de 2014 e 09 de janeiro de 2015. No segundo gráfico é mostrada a frequência com que as mesmas palavras, no mesmo período, apareceram na mídia nigeriana. Linha vermelha para o Charlie Hebdo e linha azul para o massacre de Baga.

Figura 5: Frequência com que palavras relacionadas ao Charlie Hebdo e ao massacre de Baga apareceram na mídia internacional entre 25/12/2014 e 09/01/2015.



Fonte: Ethan Zuckerman²³

Figura 6: Frequência com que palavras relacionadas ao Charlie Hebdo e ao massacre de Baga apareceram na mídia nigeriana entre 25/12/2014 e 09/01/2015.



Fonte: Ethan Zuckerman²⁴

²³ ZUCKERMAN, Ethan. "Honor every death: Paying attention to terror in Baga, Nigeria as well as Paris"; Ethan Zuckerman. Disponível em: <<http://www.ethanzuckerman.com/blog/2015/01/09/honor-every-death-paying-attention-to-terror-in-baga-nigeria-as-well-as-paris/>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

²⁴ ZUCKERMAN, Ethan. "Honor every death: Paying attention to terror in Baga, Nigeria as well as Paris"; Ethan Zuckerman. Disponível em: <<http://www.ethanzuckerman.com/blog/2015/01/09/honor-every-death-paying-attention-to-terror-in-baga-nigeria-as-well-as-paris/>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

As menções ao massacre ocorrido em Baga são virtualmente inexistentes quando comparadas às menções ao Charlie Hebdo na mídia internacional. Mas o mais intrigante é a comparação no âmbito interno. Baga teve um pico nas notícias durante três dias, mas caiu abruptamente após o atentado na França, e o que aconteceu nos dias subsequentes foi Baga sempre recebendo menos atenção que a revista satírica francesa. Mesmo a tragédia tendo ocorrido dentro do país, os meios de comunicação nigerianos optaram por dar mais visibilidade ao atentado na França.

CAPÍTULO 3: A RELAÇÃO DA MÍDIA COM O BOKO HARAM

Este último capítulo trata somente da mídia. O primeiro ponto visa expor as limitações dentro da própria Nigéria, parte-se do pressuposto de tratar de maneira igual os iguais, e de maneira desigual os desiguais. Já o segundo ponto adentra na análise das notícias extraídas do The NY Times e do Al Jazeera, com uma exposição de gráficos feitos a partir desse esforço de seleção para que seja possível alcançar um melhor e mais claro entendimento.

3.1: Limitações à cobertura na Nigéria e o jornalismo do “envelope marrom”

Antes de se estabelecer qualquer relação de comparação, é importante verificar se o contexto é parecido e se as mesmas ferramentas estão dispostas para todos. Em distintos aspectos é difícil comparar um país considerado desenvolvido com um país considerado em desenvolvimento, no caso do presente trabalho não é diferente. Paris é uma capital global, uma das cidades mais visitadas do mundo, com acesso quase irrestrito às ferramentas tecnológicas que o século 21 nos proporciona. Se algo de extraordinário acontece em Paris, quase imediatamente já está na internet, nas redes sociais, compartilhado com pessoas de todo o globo. As informações fluem muito rápido nas cidades ditas cosmopolitas.

A Nigéria é um país inserido nas relações de comunicação internacionais, as pessoas têm acesso à internet e à telefones celulares, elas leem jornais oriundos de diferentes países, com variadas opiniões e perspectivas, mas em menor escala que na capital francesa. Proporcionalmente, o número de pessoas na França visitando, fazendo publicações, difundindo tudo o que acontece em tempo real, é maior. Além disso, grandes jornais de todo o mundo possuem filiais ou correspondentes lá, os jornalistas já estão no local onde o evento acontece, o que facilita e acelera a coleta de informações e disseminação de notícias. Outro fator determinante é o nível médio da educação da população, a diferença entre as taxas de analfabetismo da Nigéria e as da França são muito grandes.²⁵ A questão de a maior parte dos ataques do grupo ocorrerem no norte do país é relevante também, a desigualdade dentro da

²⁵ Segundo a *Agence Nationale de Lutte Contre l'Illettrisme*, em 2013, 7% da população adulta na França era analfabeta (consideram-se analfabetas as pessoas que, tendo sido educadas na França, não adquiriram suficiente domínio da leitura, escrita, aritmética, habilidades básicas, para serem autônomas em situações simples de vida cotidiana). Enquanto na Nigéria, segundo o *CIA, The World Factbook*, em 2015, 40,4% da população era considerada analfabeta (consideram-se analfabetas as pessoas acima de 15 anos incapazes de ler e escrever).

própria Nigéria é muito grande, sendo o Norte a região menos desenvolvida do país, onde as pessoas têm menos acesso à tecnologia, às informações, e, muitas vezes, possuem limitado acesso à energia elétrica.

Uma matéria de 2014 do Al Jazeera tratou sobre os desafios enfrentados na cobertura do Boko Haram. A primeira dificuldade está no desafio enfrentado pelos repórteres no “campo”. Boko Haram é popularmente traduzido como “a educação ocidental é proibida”, e funcionários da mídia estrangeira no local arriscam “incorrer em sua raiva”. A cobertura do sequestro de Chibok pode ter sido limitada também pelo próprio governo nigeriano, já que o Presidente Jonathan prometeu “esmagar” o Boko Haram, e muita atenção da mídia dada às atividades do grupo poderia minar a sua credibilidade.²⁶ Jornalistas têm seu trabalho dificultado tanto pelo grupo terrorista, que já assassinou esses profissionais e atacou escritórios de jornais, quanto pelo governo nigeriano, que confisca o equipamento e usa a “guerra ao terror” como pretexto para ameaçar, atacar e prender jornalistas.²⁷

Os meios de comunicação são muitas vezes referidos como o quarto estado e o “cão de guarda” da sociedade ou do meio ambiente em que eles existem. Isso implica que a mídia existe como um órgão de informação (buscando e disseminando), promoção educacional, vigilância, esclarecimento social e mobilização. Essas funções definem a mídia como um importante link/fator na relação entre o governo e os governados, uma condição sem a qual não há o crescimento e o desenvolvimento da sociedade. Uma característica da Nigéria é que existe a mídia privada e a mídia pública (estatal), e elas operam lado a lado (NGIGE et al., 2016, p. 59).

Ponto determinante na cobertura midiática que ocorre na Nigéria é a “síndrome do envelope marrom”. O conceito pode ser entendido como ‘dinheiro aceito pelos repórteres ou editores para persuadi-los a escrever uma história positiva ou “abafar” uma história negativa’. Eke (2014, p. 149-153) diz que essa é uma prática padrão, e inclusive esperada dos jornalistas do país. Não que eles sejam essencialmente corruptos, embora alguns jornalistas aceitem sempre o suborno, a grande maioria aceita porque geralmente não são bem pagos. Algumas das outras causas apontadas para a complacência com a prática são: a influência dos anunciantes; a corrupção que se espalha por todo o sistema nigeriano; a pressão de pessoas ricas/influentes; a

²⁶ AL JAZEERA. "The challenge of reporting on Boko Haram"; Al Jazeera. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/programmes/listeningpost/2014/05/reporting-boko-haram-mass-kidnapping-2014537513843827.html>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

²⁷ NKANGA, Peter. "Journalists targeted by both sides in Nigeria's war on terror"; Committee to Protect Journalists. Disponível em: <<https://cpj.org/blog/2014/05/journalists-targeted-by-both-sides-in-nigerias-war.php>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

falta de órgãos nacionais reguladores do jornalismo; e falsos jornalistas que começam a trabalhar na área apenas para ganhar dinheiro fácil e rápido.

Como consequência dessa prática, a síndrome do envelope marrom trouxe uma mudança do papel de vigilância tradicional do jornalismo para uma saída de busca de publicidade disponível para os maiores licitantes da sociedade. Também manchou a reputação dos jornalistas, comprometeu os canais de comunicação e ameaça trazer a descrença da população.

3.2: A cobertura da mídia internacional

3.2.1: Metodologia aplicada na seleção das notícias

Os jornais escolhidos no presente trabalho foram o New York Times e o Al Jazeera. Não porque considero o NY Times a voz do Ocidente e o Al Jazeera a voz do Oriente, apenas porque são dois grandes jornais, de cobertura e circulação abrangentes, sediados em dois extremos diferentes do mundo. É proposta, então, a comparação entre a cobertura dada por esses dois veículos ao grupo Boko Haram, se convergem ou divergem, em que convergem e em que divergem. O período de recorte escolhido foi o ano de 2014, isso porque foi o ano em que as estudantes de Chibok foram sequestradas, consequentemente sendo o ano em que o grupo começou a ganhar mais visibilidade fora da Nigéria. O sequestro de Chibok colocou a Nigéria e o Boko Haram nas lentes do mundo.

A metodologia aplicada na seleção das notícias foi a filtragem das palavras “Boko Haram”. Qualquer notícia, crônica, artigo desses dois jornais, entre janeiro e dezembro de 2014, que cita “Boko Haram” foi selecionada, sendo ela sobre o Boko Haram ou não, o critério é apenas mencionar o nome do grupo. A busca por essas notícias se deu por meio dos mecanismos de busca dentro dos próprios sites oficiais dos jornais; por meio dos hiperlinks dentro das notícias que levam a notícias relacionadas; e por meio do mecanismo de busca de notícias do Google, filtrando pelos termos “Boko Haram” e “NY Times”, e “Boko Haram” e “Al Jazeera”, e pela seleção do período entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, desprezando-se as notícias que não preencheram esses requisitos.

É importante ressaltar também que o único meio de comunicação escolhido foi a internet, a análise será feita com base nas notícias veiculadas on-line, desconsiderando meios como a televisão, o rádio, o jornal impresso, as redes sociais, entre outros. Outra limitação é a

escolha das notícias veiculadas exclusivamente em inglês. O conteúdo do Al Jazeera em inglês pode variar do conteúdo do Al Jazeera em árabe, assim como o conteúdo do The NY Times em inglês pode variar do conteúdo do The NY Times em outros idiomas.

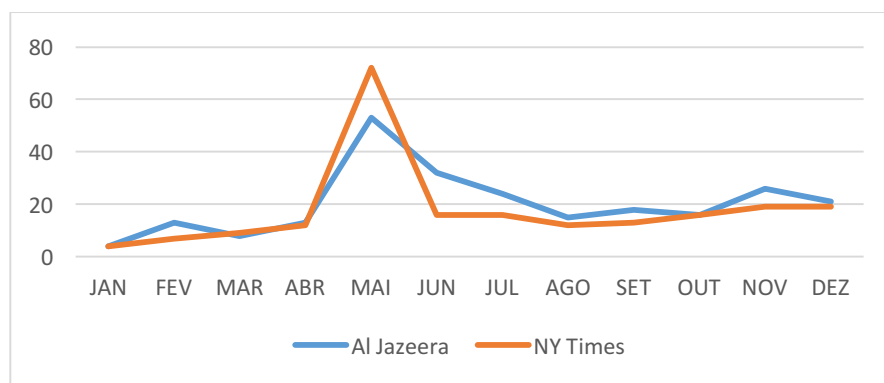
3.2.2: Cobertura do NY Times vs Cobertura do Al Jazeera

Essa triagem resultou em 243 notícias veiculadas pelo Al Jazeera e em 215 notícias veiculadas pelo NY Times. O primeiro dado observado é a frequência com que o nome do grupo apareceu ao longo dos meses do ano de 2014 nesses jornais, ela é bastante parecida em ambos os jornais, tendo um aumento considerável no mês de maio, que foi quando as meninas de Chibok foram abduzidas. O declínio que se percebe no mês seguinte mostra a rápida perda de interesse no tema, que pode ser decorrente de distintas variáveis, inclusive da baixa eficiência do governo nigeriano na busca pelas garotas, que não trouxe à tona muitos fatos novos.

Se analisarmos sob a ótica da já apresentada teoria de Galtung e Ruge (1965), percebemos que um número maior de critérios foi satisfeito (frequência, amplitude, clareza, fator significativo, consonância, inesperado, negatividade, e até o interesse de nações-elite e pessoas de elite) e por isso o evento alcançou o topo dos noticiários no mundo. Entretanto, podemos notar que não houve continuidade, a amplitude caiu muito rapidamente, as pessoas de elite deixaram de falar sobre o caso e desviaram sua atenção para outras questões, os protestos seguiram acontecendo quase exclusivamente dentro da Nigéria. Isso retrata a questão da própria projeção da Nigéria no cenário internacional, mesmo sendo uma das maiores economias da África e o país mais populoso do continente²⁸, o interesse das elites se esvai com muito mais facilidade do que se o acontecimento tivesse sido em outro país-elite, nesse caso a mobilização seria inteiramente diferente. Mesmo que o sequestro das meninas tenha gerado uma empatia e significância nos leitores, a distância física e cultural tratou de logo fazê-los esquecer.

²⁸ WORLD POPULATION REVIEW. "Africa Population 2018"; World Population Review. Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/continents/africa-population/>>. Acesso em 07 de abr. 2018.

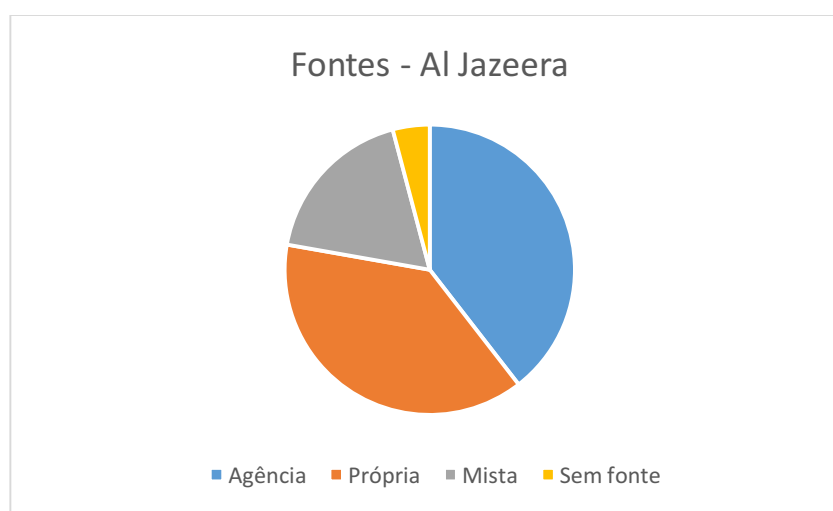
Gráfico 1: Frequência com que "Boko Haram" foi citado nestes jornais em 2014



Fonte: Formulação própria a partir de 458 notícias selecionadas dos jornais The New York Times e Al Jazeera (2018).

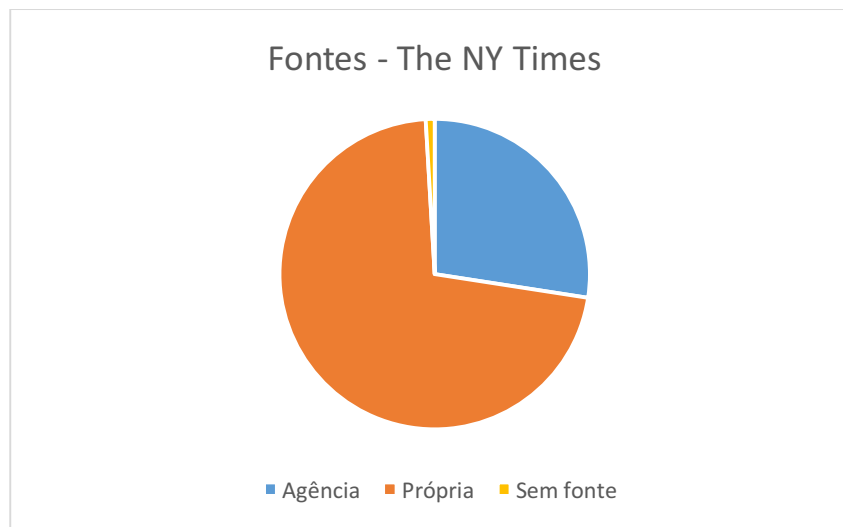
O próximo dado analisado é a fonte dessas notícias, quantas delas foram efetivamente produzidas por esses meios de comunicação e quantas delas foram compradas de agências de notícias. Isso pode se refletir tanto no interesse de cobrir determinado tema quanto nas próprias limitações que este oferece aos jornais e aos jornalistas. Diferentemente do NY Times, o Al Jazeera conta, também, com notícias mistas, ou seja, que foram produzidas com conteúdo próprio e com conteúdo comprado de agências. O Times divide-se somente em fonte própria e de agências.

Gráfico 2: Fontes do Al Jazeera



Fonte: Formulação própria a partir de 243 notícias selecionadas do jornal Al Jazeera (2018).

Gráfico 3: Fontes do The NY Times



Fonte: Formulação própria a partir de 215 notícias selecionadas do jornal The New York Times (2018).

É interessante observar a discrepância entre os dois jornais nesse aspecto. Quase dois terços do conteúdo do NY Times foi de elaboração própria – destas, as que falavam diretamente sobre a Nigéria ou sobre o Boko Haram, a maioria foi de autoria do correspondente Adam Nossiter –, enquanto 59 das 215 notícias foram compradas de agências. De maneira geral, o NY Times comprou a maioria destas notícias da Reuters AFI, agência de notícias britânica, e da Associated Press (AP), agência norte-americana. A Reuters é a maior agência internacional de notícias do mundo, não é de se estranhar sua presença na Nigéria, especialmente sendo o país uma ex-colônia britânica. Ao falarmos do Al Jazeera, a divisão entre notícias próprias e compradas ficou quase meio a meio, com uma porcentagem de 18% para as notícias de fonte mista. A agência que mais forneceu notícias para esse jornal foi a Agence France-Presse (AFP), agência francesa de notícias. A França ainda hoje possui grande presença na África, exercendo influência direta nas suas ex-colônias e inclusive em países que ela não colonizou, é quase natural disso a maciça presença da agência francesa no continente. Juntas, a Reuters, AP e AFP são as três maiores agências deste ramo no mundo, as notícias produzidas por elas são disseminadas por jornais de todo o globo, fato que expõe um oligopólio que pode – ou não – ser usado como política de poder, mas este é um tema para outro estudo.

Dando continuidade, o próximo nível de análise delimita os tipos de notícias veiculadas, observando-se qual era efetivamente o tema tratado. Antes de apresentar os dados, as categorias serão melhor explicadas:

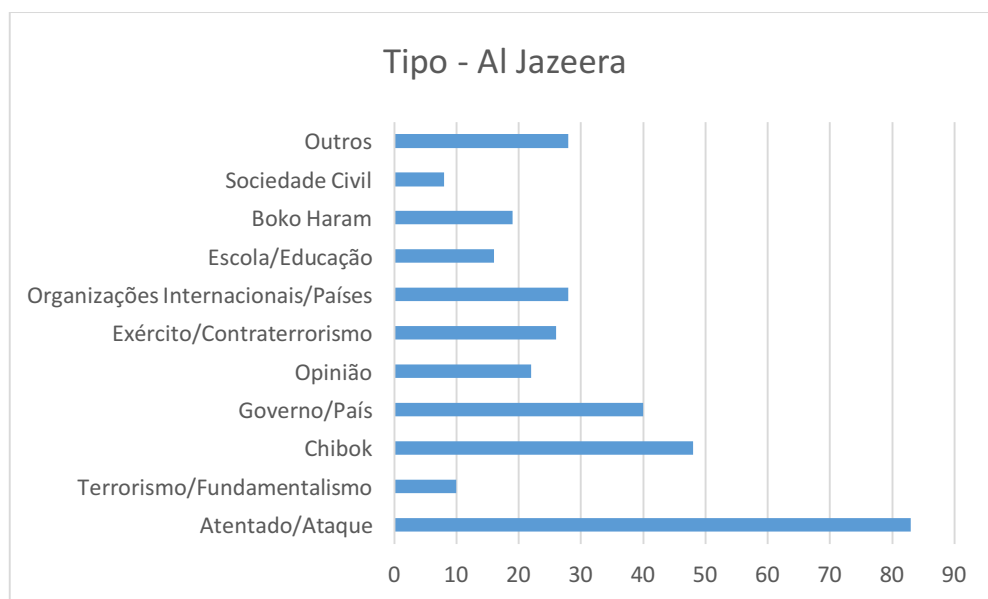
Tabela 1: Categorias de análise das notícias

Categoria	Definição
Atentado/Ataque	Notícias sobre ataques perpetrados pelo Boko Haram ou dos quais o grupo é suspeito, além de consequências diretas e imediatas desses ataques – como pessoas fugindo de uma cidade
Terrorismo/Fundamentalismo	Notícias que falam de terrorismo ou fundamentalismo como um fenômeno, incluindo a fala sobre outros grupos terroristas famosos
Chibok	Qualquer notícia sobre as meninas sequestradas de Chibok
Governo/País	Qualquer notícia que fale sobre a política na Nigéria, eleições, economia, presidente, autoridades/ex-autoridades políticas, ou sobre o país Nigéria
Opinião	Artigos de opinião, blogs, crônicas – podendo ou não ser diretamente relacionados à Nigéria e ao Boko Haram
Exército/Contraterrorismo	Notícias sobre o exército, os militares, e providências tomadas para combater o terrorismo
Organizações Internacionais/Países	Pressão exercida por organizações internacionais e por outros países, cooperação internacional, ataques em outros países
Escola/Educação	Notícias sobre estudantes ou escolas atacadas (exceto as meninas de Chibok), escolas abertas ou fechadas, e o tema ‘educação’
Boko Haram	Origem e objetivos do grupo, líderes e membros, modus operandi
Sociedade Civil	Iniciativas da sociedade civil para combater o grupo, protestos, campanhas
Outros	Notícias sobre temas diversos, geralmente com pouca ou nenhuma relação direta com o Boko Haram, o grupo é apenas mencionado ou usado como exemplo

Fonte: Formulação própria a partir de padrões encontrados nas notícias selecionadas (2018).

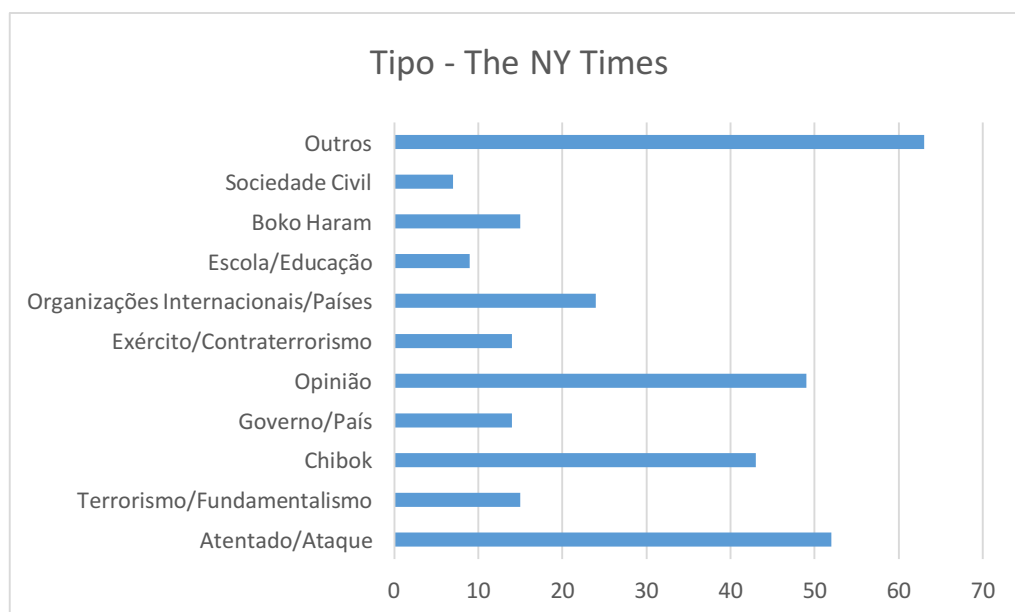
Nesse nível de análise as notícias podem se encaixar em uma ou mais categorias, por exemplo, a mesma notícia pode estar em ‘opinião’ e em ‘outros’, caso seja opinião sobre algo sem relação com o Boko Haram, ou pode ser ‘chibok’, ‘governo/país’ e ‘exército/contraterrorismo’, caso seja uma notícia sobre alguma medida que a Nigéria ou alguma autoridade anunciou para combater o terrorismo e encontrar as meninas sequestradas. A seguir serão apresentados os gráficos com os resultados obtidos.

Gráfico 4: Tipos de notícia - Al Jazeera



Fonte: Formulação própria a partir de 243 notícias selecionadas do jornal Al Jazeera (2018).

Gráfico 5: Tipos de notícia – The NY Times

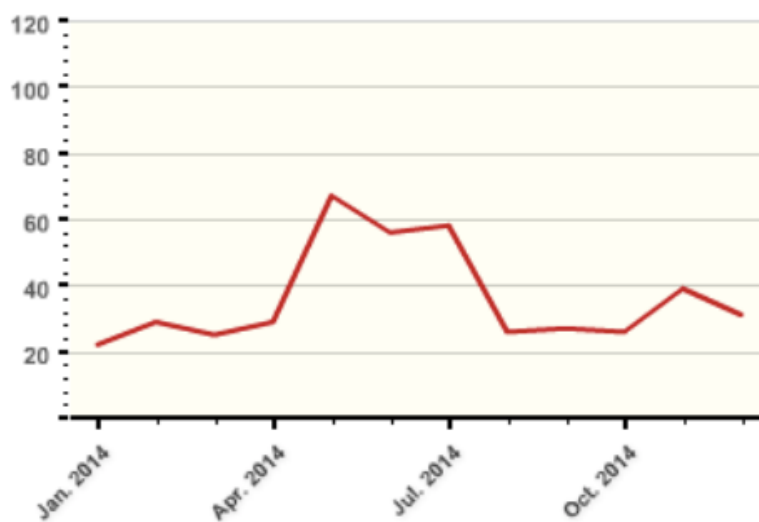


Fonte: Formulação própria a partir de 215 notícias selecionadas do jornal The New York Times (2018).

No Al Jazeera se destaca a cobertura aos atentados, inclusive a maioria das notícias compradas foram sobre atentados ou ataques de qualquer gênero. Em segundo lugar, com quase metade da atenção recebida pelo anterior (ressaltando que o sequestro das meninas de Chibok foi separado na análise, nenhuma notícia sobre este ataque entrou na categoria ‘atentado/ataque’), vem o sequestro das meninas de Chibok. Das 243 notícias veiculadas pelo

Al Jazeera, 83 relataram algum ataque. Para ilustrar um pouco o porquê de este ter sido o tópico mais noticiado, será exposto um gráfico recuperado do *Global Terrorism Database*, uma iniciativa da Universidade de Maryland, que aponta para 435 incidentes/ataques perpetrados na Nigéria no ano de 2014 em que o Boko Haram foi autor ou que se suspeita da autoria do grupo.

Figura 7: Incidentes na Nigéria entre 01 de jan. 2014 e 31 de dez. 2014 perpetrados pelo Boko Haram. Todos os incidentes, independentemente da dúvida.



Fonte: Global Terrorism Database²⁹

A frequência da cobertura do Al Jazeera, mostrada no primeiro gráfico deste capítulo, tem uma curva semelhante à curva deste gráfico de atentados, revelando que, mesmo eles não tendo noticiado os 435 incidentes ocorridos na Nigéria, houve algum cuidado de noticiar os frequentes ataques sofridos pelo país.

Em relação ao NY Times, o dado que revela 72% das notícias como de autoria própria pode ser surpreendente, especialmente dada a distância física e cultural da Nigéria e dos Estados Unidos. Entretanto, ao analisar o teor destas reportagens nota-se que a maioria está na categoria ‘outros’, ou seja, notícias com pouca ou nenhuma relação direta com o Boko Haram, e frequentemente pouca ou nenhuma relação direta com a Nigéria. Seguindo deste vêm os atentados/ataques, neste ponto é importante ressaltar que uma boa quantidade destes relatos foi de autoria própria, usualmente do correspondente Adam Nossiter.

²⁹ GLOBAL TERRORISM DATABASE. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?expanded=yes&casualties_type=b&casualties_max=&start_year=2014&start_month=1&start_day=1&end_year=2014&end_month=12&end_day=31&dtp2=all&success=yes&country=147&perpetrator=30101&ob=GTDID&od=desc&page=1&count=100>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

A terceira categoria mais frequente é ‘opinião’, estas que podem ou não ter relação direta com o grupo ou com a Nigéria. As meninas de Chibok aparecem logo em seguida, figurando em 43 das 215 notícias recortadas do Times no ano de 2014. A relação destes dados revela um padrão no mínimo curioso. O jornal produziu muito mais conteúdo próprio sobre o Boko Haram do que o Al Jazeera, o que pode levar algumas pessoas a julgarem que um possui mais interesse que o outro, entretanto uma quantidade grande destas notícias são artigos de opinião ou sequer possuem relação direta com o grupo. Por mais que o NY Times tenha produzido bastante conteúdo próprio mencionando o Boko Haram, este não necessariamente era informativo sobre o grupo ou sobre a Nigéria.

Todas as notícias relacionadas à violação de direitos humanos e à violência propagada pelos agentes do Estado na luta contra o grupo terrorista se encaixaram, também, na categoria ‘exército/contraterrorismo’. Levando em consideração ainda todas as outras questões que não envolvem violação de direitos humanos que podem se encaixar nesta categoria, vemos que a frequência deste aspecto foi relativamente baixa em ambos os jornais, mostrando talvez pouco interesse pelo sofrimento causado à população pelos agentes do estado nigeriano.

‘Governo/País’ foi uma categoria que apareceu bem mais no Al Jazeera do que no NY Times, que são geralmente notícias sobre política e economia nigerianas, foi a terceira categoria no Al Jazeera, enquanto no Times ocupa apenas a sétima posição (empatada com ‘exército/contraterrorismo’). Já ‘organizações internacionais/países’ figurou mais no Times, certamente por conta da manifestação da ex-Primeira-Dama Michelle Obama no caso das meninas de Chibok³⁰, que atraiu a atenção do país, e por conta dos esforços de cooperação com a Nigéria empreendidos pelos Estados Unidos na busca pelas garotas abduzidas.

³⁰ D. SHEAR, Michael. "First Lady Condemns Abduction of Nigerian Schoolgirls"; The New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/05/11/us/first-lady-condemns-abduction-of-nigerian-schoolgirls.html>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

CONCLUSÃO

Nos países fora da África pouco se sabe – ou pouco se procura saber – sobre o Boko Haram. Entretanto, o grupo não começou a existir no dia em que as meninas de Chibok foram sequestradas, sua existência data de mais de uma década antes disso, e, como apresentado neste trabalho, suas raízes são muito complexas. A Nigéria buscou trata-lo como um problema estritamente interno, talvez em nome de sua soberania, talvez por conta de um cálculo equivocado das suas próprias capacidades e das capacidades do grupo.

O surgimento do grupo está intrinsecamente ligado às condições de vida no país, especialmente no norte. Para pessoas vivendo em condições precárias, sem emprego, sem casa, e sem conseguir alimentar a família, é quase razoável unir-se a um grupo que provê tais insumos, além de prometer um país “melhor” e “livre de corrupção”. A questão da distribuição de renda é muito grave na Nigéria (esta sendo rica em petróleo e uma das maiores economias da África) e o desenvolvimento relativo da região norte ainda é muito inferior ao da região sul. O desinteresse e descaso dos governantes pela região coloca os civis em situações em que tanto o Boko Haram quanto os agentes do governo se apresentam como ameaça. Além disso, o grupo representa uma ameaça real para a soberania e integridade da Nigéria – não que seja provável que eles tomem o país e sejam reconhecidos internacionalmente como governo legítimo, mas a ameaça é semelhante à do ISIS – Estado Islâmico na Síria (apesar de o Boko Haram não ter conseguido se apoderar de nenhuma região detentora de petróleo). O governo nigeriano se mostrou ineficiente no combate às causas e às consequências da insurgência do grupo armado.

A ideia de olhar a abordagem da mídia internacional foi para entender que tipo de discurso estava sendo feito, o tipo de cobertura dada, o que mais se destacava e por que. A teoria de Galtung e Rugie foi essencial para entender objetivamente as razões para a Nigéria receber menos atenção da mídia internacional, e se mostrou válida na comparação de duas situações que ocorreram dentro do país (o sequestro de Chibok e o massacre de Baga), explicando o porquê de uma receber mais visibilidade que a outra. Com relação à atenção recebida na mídia nacional, é surpreendente (de maneira negativa) como o Charlie Hebdo conseguiu superar o atentado interno nos meios de comunicação. Isso pode se dar tanto pelo interesse que quase naturalmente flui para os países-elite, assumindo que atentados em países como a França chocam mais, quanto pelas limitações dentro da própria Nigéria – as dificuldades de cobrir a região norte, o medo com relação ao Boko Haram, as dificuldades impostas pelo

governo nigeriano, o “jornalismo do envelope marrom”, o despreparo de muitos jornalistas para trabalhar em zonas análogas às de guerra, etc.

Na parte mais empírica do trabalho é importante ressaltar as inúmeras limitações. Em primeiro lugar a escolha dos jornais, que não são unanimidade nem em suas próprias regiões e países, mas que foram escolhidos tendo em conta o tempo restrito para o desenvolvimento do trabalho, que impossibilitou uma seleção mais representativa. Em segundo lugar o método, que poderia incluir categorias mais específicas e a porcentagem exata de quantas matérias foram feitas por cada agência mencionada, além de outros dados – como a porcentagem exata de matérias escritas pelo Adam Nossiter. Entretanto o tempo foi limitante para esse aspecto também. Para uma análise mais precisa seria necessário olhar com cautela todas as 458 notícias selecionadas.

O que pode ser futuramente desenvolvido, além do aprimoramento do método, é a aplicação deste aos anos posteriores a 2014, o que possibilitaria uma comparação a partir de uma perspectiva mais abrangente, identificando – ou não – padrões sistêmicos. Existe uma janela de quatro anos entre 2014 e 2018, o presidente da Nigéria mudou, talvez o combate ao Boko Haram tenha mudado, assim como a forma de atuação do grupo.

Este trabalho visa meramente suscitar um debate, além de ser uma provocação para refletirmos sobre a atenção que dedicamos aos países menos desenvolvidos. A população nigeriana vem sofrendo há anos pelas atividades do grupo terrorista, mas vem sofrendo há muito mais tempo que isso pelo descaso do governo. A Nigéria acabou por tornar-se terreno fértil para grupos fundamentalistas, contudo não parece haver muita preocupação internamente – tanto do governo quanto da mídia –, e menos ainda externamente. Enquanto houver coesão interna suficiente para seguir com as exportações de petróleo, os problemas na Nigéria serão apenas da Nigéria.

O breve debate exposto sobre as definições de terrorismo também possui um propósito reflexivo, o termo é extremamente volátil e altamente politizado, é preciso parar de aceitar as definições passivamente e ter um olhar crítico a respeito. É muito importante buscar a quem interessa rotular algo ou alguém como terrorista, quem são os atores que ganham quando um tema é securitizado, e o que ganham. Mesmo que o caso do Boko Haram deixe poucas dúvidas em relação à sua securitização, é necessário sempre estar atento quando essa retórica é aplicada. O uso do termo ‘terrorista’ nos dias de hoje é suficientemente eficiente e impactante na população, fazendo com que a maioria das pessoas não questione a existência de interesses escusos por trás deste.

REFERÊNCIAS

ABUBAKAR, Aminu; DIXON, Robyn. "Hundreds said killed by Boko Haram in attacks in northeastern Nigeria"; Los Angeles Times. Disponível em:

<<http://www.latimes.com/world/africa/la-fg-wn-boko-haram-baga-20150109-story.html#page=1>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

ADESOCI, Abimbola. The Boko Haram Uprising and Islamic Revivalism in Nigeria/Die Boko-Haram-Unruhen und die Wiederbelebung des Islam in Nigeria. *Africa Spectrum*, p. 95-108, 2010.

AGBIBOA, Daniel E. (Sp) oiling Domestic Terrorism? Boko Haram and State Response. *Peace Review*, v. 25, n. 3, p. 431-438, 2013.

AGBIBOA, Daniel E. Peace at Daggers Drawn? Boko Haram and the state of emergency in Nigeria. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 37, n. 1, p. 41-67, 2014.

AGBIBOA, Daniel E. The ongoing campaign of terror in Nigeria: Boko Haram versus the state. *Stability: International Journal of Security and Development*, v. 2, n. 3, 2013.

Agence Nationale de Lutte Contre l'Illettrisme. "Les Chiffres - Niveau National"; Agence Nationale de Lutte Contre l'Illettrisme. Disponível em: <<http://www.anlci.gouv.fr/Illettrisme/Les-chiffres/Niveau-national>>. Acesso em: 28 de fev. 2018.

AL JAZEERA. "The challenge of reporting on Boko Haram"; Al Jazeera. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/programmes/listeningpost/2014/05/reporting-boko-haram-mass-kidnapping-2014537513843827.html>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. 'Welcome to Hell Fire' Torture and Other Ill- Treatment in Nigeria. 1.ed. Londres, 2014.

ASSANVO, William; ABATAN, Jeannine; SAWADAGO, Wendyam. *Assessing the Multinational Joint Task Force against Boko Haram*. 2016.

BBC. "The scenario - The 'ticking bomb' problem"; BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/ethics/torture/ethics/tickingbomb_1.shtml>. Acesso em: 26 de nov. 2017.

BBC. "What is Sharia and how is it applied?"; BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-27307249>>. Acesso em 10 de abr. De 2018.

BELLAMY, Alex J. No pain, no gain? Torture and ethics in the war on terror. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 121-148, 2006.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política* por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. De João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 11ª edição, 2004.

BREMMER, Ian. "The Chart That Explains Why Ukraine Can't Fight Russia"; Politico Magazine. Disponível em: <<https://www.politico.com/magazine/story/2014/03/statistics-that-explained-the-world-this-week-104633>>. Acesso em: 30 de jan. 2018.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security: a new framework for analysis. Lynne Rienner Publishers, p. 5-57, 1998.

CHOMSKY, Noam. International terrorism: Image and reality. Crime and Social Justice, n. 27/28, p. 172-200, 1987.

CIA, The World Factbook. "Africa: Nigeria"; Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>>. Acesso em: 29 de jan. 2018.

D. SHEAR, Michael. "First Lady Condemns Abduction of Nigerian Schoolgirls"; The New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/05/11/us/first-lady-condemns-abduction-of-nigerian-schoolgirls.html>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

EBHOMIENLEN, Thomas O.; UKPEBOR, Emmanuel I. Religion and Politics in Nigeria: A Comparative Study of the Nigeria Supreme Council for Islamic Affairs and the Christian Association of Nigeria. International Journal of Science and Research, 2013.

EKE, Ikechukwu Williams. Brown envelope syndrome and the future of journalism in Nigeria. International Interdisciplinary Journal of Scientific Research, v. 1, n. 1, p. 148-156, 2014.

G1 Globo.com. "Ataque em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos"; G1 Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html>>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. Journal of peace research, v. 2, n. 1, p. 64-90, 1965.

GLOBAL TERRORISM DATABASE. Disponível em: <https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?expanded=yes&casualties_type=b&casualties_max=&start_year=2014&start_month=1&start_day=1&end_year=2014&end_month=12&end_day=31&dtp2=all&success=yes&country=147&perpetrator=30101&ob=GTDID&od=desc&page=1&count=100>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

HARITOS-FATOUROS, Mika. The psychological origins of institutionalized torture. Psychology Press, 2003.

HERRIOT, Peter. Religious fundamentalism: global, local and personal. Routledge, p. 2, 2008.

HOBBS, Thomas. Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2009. p. 94-131.

ISA, Muhammad K. Militant Islamist groups in northern Nigeria. In: OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine (Ed.). Militias, rebels and Islamist militants: Human security and state crises in Africa, p. 313-40, 2010.

LOIMEIER, Roman. Boko Haram: The development of a militant religious movement in Nigeria. *Africa Spectrum*, p. 137-155, 2012.

MARK, Monica. "Boko Haram's 'deadliest massacre': 2,000 feared dead in Nigeria"; *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/09/boko-haram-deadliest-massacre-baga-nigeria>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

MARK, Monica. "Thousands flee as Boko Haram seizes military base on Nigeria border"; *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jan/05/boko-haram-key-military-base-nigeria-chad-border>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

NGIGE, C. V.; BADEKALE, A. F.; HAMMANJODA, I. The media and boko haram insurgency in Nigeria: a content analysis and review. *International Journal of Peace and Conflict Studies (IJPCS)*, Vol. 3, No 1, June, p. 59, 2016.

NKANGA, Peter. "Journalists targeted by both sides in Nigeria's war on terror"; *Committee to Protect Journalists*. Disponível em: <<https://cpj.org/blog/2014/05/journalists-targeted-by-both-sides-in-nigerias-war.php>>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

NOSSITER, Adam. "Massacre in Nigeria Spurs Outcry Over Military Tactics"; *The New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/04/30/world/africa/outcry-over-military-tactics-after-massacre-in-nigeria.html?pagewanted=all&_r=0>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

OLUTOKUNBO, Adekalu Samuel et al. Bring Back Our Girls, Social Mobilization: Implications for Cross-Cultural Research. *Journal of Education and Practice*, v. 6, n. 6, p. 64-75, 2015.

ONAPAJO, Hakeem; UZODIKE, Ufo Okeke. Boko Haram terrorism in Nigeria: Man, the state, and the International System. *African Security Review*, v. 21, n. 3, p. 24-39, 2012.

ONUOHA, Freedom C. The audacity of the Boko Haram: Background, analysis and emerging trend. *Security Journal*, v. 25, n. 2, p. 134-151, 2012.

ONUOHA, Freedom C. Why do youth join Boko Haram?. *US Institute of Peace*, 2014. Press Release. "Jonathan condemns terrorist attack on French magazine"; *Premium Times*. Disponível em: <<https://www.premiumtimesng.com/news/more-news/174503-jonathan-condemns-terrorist-attack-french-magazine.html>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

REINERT, Manuel; GARÇON, Lou. Boko Haram: A Chronology. In: DE MONTCLOS, Marc-Antoine Pérouse (Ed.). *Boko Haram: Islamism, politics, security and the state in Nigeria*. African Studies Centre, p. 237-245, 2014.

ROSS, Will. "Boko Haram crisis: Nigeria estimates Baga deaths at 150"; *BBC News*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30788480>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

SAMPSON, Isaac Terwase. Between Boko Haram and the Joint Task Force: Assessing the Dilemma of Counter-Terrorism and Human Rights in Northern Nigeria. *Journal of African Law*, v. 59, n. 1, p. 25-63, 2015.

SCHMID, Alex P. (Ed.). *The Routledge handbook of terrorism research*. Taylor & Francis, 2011.

SLUKA, Jeffrey A. (Ed.). *Death squad: The anthropology of state terror*. University of Pennsylvania Press, 2000.

TRADING ECONOMICS. "Nigeria Unemployment Rate"; Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/nigeria/unemployment-rate>>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. "Corruptions Perceptions Index 2016"; Transparency International. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

UNICEF. "At a glance: Nigeria - Statistics"; Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/infobycountry/nigeria_statistics.html>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

WALKER, Andrew. *What is Boko Haram?*. US Institute of Peace, 2012.

WEINBERG, Leonard; PEDAHZUR, Ami; HIRSCH-HOEFLER, Sivan. The challenges of conceptualizing terrorism. *Terrorism and Political Violence*, v. 16, n. 4, p. 777-794, 2004.

WORLD POPULATION REVIEW. "Africa Population"; World Population Review. Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com/continents/africa-population/>>. Acesso em 07 de abr. De 2018.

ZUCKERMAN, Ethan. "Honor every death: Paying attention to terror in Baga, Nigeria as well as Paris"; Ethan Zuckerman. Disponível em: <<http://www.ethanzuckerman.com/blog/2015/01/09/honor-every-death-paying-attention-to-terror-in-baga-nigeria-as-well-as-paris/>>. Acesso em: 10 de abr. 2018.